

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

**Língua Portuguesa – Ensino Superior**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
P01_1-1 / P01_2-1 / P01_3-1 / P02_1-1 / P02_2-1 / P02_3-1 / P03_1-1 / P03_2-1 P03_3-1	Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial. No trecho “A etiqueta do botequim é um conjunto de normas que garante a boa convivência entre os frequentadores, um povo eclético, difícil, cuja beligerância aumenta de acordo com o esvaziamento dos copos. São, na prática, regras de armistício.”, as regras garantem a boa convivência, evitando, assim, conflitos e brigas entre os frequentadores. A palavra “beligerância” significa tendência a guerrear, o que se acentua, segundo o trecho, com a quantidade de bebida ingerida. Por sua vez, a palavra “armistício” evoca um acordo de cessamento de hostilidades entre partes que estão envolvidas em conflitos (lutas, guerras, combates...). Assim, as regras de etiqueta garantem a harmonia nos bares. Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-4 / P01_2-4 / P01_3-4 / P02_1-4 / P02_2-4 / P02_3-4 / P03_1-4 / P03_2-4 P03_3-4	Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial. “Incauto” significa “sem cautela”, “sem cuidado”. No caso do texto, as pessoas incautas são aquelas que vão a um botequim sem se inteirar do que, de fato, se trata o ambiente: “O ambiente	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>dos botequins pode assustar aos incautos [descuidados, desprevenidos], principalmente a quem torce o nariz para aquela descontração toda.”.</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
<p>P01_1-6 / P01_2-6 / P01_3-6 / P02_1-6 / P02_2-6 / P02_3-6 / P03_1-6 / P03_2-6 P03_3-6</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>No trecho “E afirma que há <b>muitos</b> que se dedicam ao desenvolvimento de ferramentas contra a desinformação e contra outras coisas que ‘podem dar errado com a inteligência artificial’.”, a palavra “muitos” se classifica morfossintaticamente como núcleo do objeto direto, sendo, por isso, pertencente à classe dos substantivos no contexto em que foi empregada, tendo em vista que somente palavras substantivadas podem ocupar posições de núcleos de funções sintáticas nominais. Tal palavra não pode ser um advérbio, uma vez que sofre flexão de número (plural). Ela também não pode ser um pronome indefinido simplesmente, pois, embora seja um pronome na origem, no contexto em que está empregada, funciona como um pronome substantivo.</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
<p>P01_1-7 / P01_2-7 / P01_3-7 / P02_1-7 / P02_2-7 / P02_3-7 / P03_1-7 / P03_2-7</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>No período “Considero e gosto muito da ideia de seguir outra carreira profissional.”, dois verbos de regências diferentes (“considerar”, que é</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_3-7	<p>transitivo direto, e “gostar”, que é transitivo indireto) foram colocados em paralelo, o que deve ser evitado. Uma forma de corrigir esse paralelismo seria explicitando cada um dos complementos verbais: “Considero muito a ideia de seguir outra carreira profissional e gosto muito dela.”.</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
P01_1-8 / P01_2-8 / P01_3-8 / P02_1-8 / P02_2-8 / P02_3-8 / P03_1-8 / P03_2-8 P03_3-8	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>O verbo “haver” é impessoal quando tem o sentido de “existir”; portanto, a oração em que ele é empregado (alternativa B) não tem sujeito, o que acarreta a concordância na terceira pessoa do singular. Por sua vez, na oração “Precisa-se de atendente de balcão.” (alternativa E), embora não se saiba quem precisa, há por trás um sujeito, sendo, por isso, classificado como indeterminado (a partícula - se é classificada como índice de indeterminação do sujeito).</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-9 / P01_2-9 / P01_3-9 / P02_1-9 / P02_2-9 / P02_3-9 / P03_1-9 / P03_2-9 P03_3-9	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>“No entanto” é uma conjunção que veicula a ideia de adversidade. Já “Em compensação” é um operador argumentativo que indica contrabalanço, compensação, algo que, de alguma forma, equilibra as ideias colocadas em comparação. No texto, portanto, esse operador</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>indica que a taxa de mortalidade de ciclistas (a pior das consequências de um acidente) diminuiu em relação a épocas anteriores. A alternativa B (“de comparação e de adversidade”) não pode ser dada como resposta correta, uma vez que o enunciado pede os sentidos na ordem em que as expressões aparecem no texto.</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
<p>P01_1-10 / P01_2-10 / P01_3-10 / P02_1-10 / P02_2-10 / P02_3-10 / P03_1-10 / P03_2-10 P03_3-10</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>No trecho “Hoje, a grande indústria nos envolve por todos os lados; parece até prescindir de definição [...]”, a palavra “prescindir” indica que não há necessidade de se definir a grande indústria, uma vez que ela se encontra por todos os lados, sendo praticamente de conhecimento comum à maioria das pessoas. Tal palavra pode ser sinônima de “dispensar”.</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**Noções de Informática – Ensino Superior (P03 Procurador Municipal)**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
<p>P03_1-11 / P03_2-20 / P03_3-11</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito.</p>	Indeferido.	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>A questão solicita o candidato assinalar a alternativa que contenha todas as opções consideradas navegadores, sendo que todas as opções são navegadores de internet. A alternativa que possui todas as opções é a B, que já é considerada o gabarito correto, portanto não há motivos para alterá-lo.</p> <p>Diante o exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
<p>P03_1-12 / P03_2-11 / P03_3-13</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito.</p> <p>O Spyware, como o nome indica, é utilizado no intuito de espionar seu alvo, monitorando as atividades realizadas na internet sem que ele saiba/desconfie, além de ser instalado sem o seu consentimento, ou seja, não precisa de uma ação do alvo para sua instalação. Já o Cavalo de Troia é instalado através de um aplicativo disfarçado, que deve ser instalado pelo alvo, que tem como objetivo roubar dados pessoais, travar o dispositivo ou até atacá-lo. Sendo assim, é possível verificar que os dois são utilizados para fins e de maneiras diferentes.</p> <p>“Spyware</p> <p>Spyware é um programa instalado no seu computador, normalmente sem o seu conhecimento explícito, que captura e transmite informações pessoais ou de navegação na Internet hábitos e detalhes para o usuário. O Spyware permite que seus usuários monitorem todas as formas de comunicações no dispositivo alvo. O spyware é frequentemente usado pelas autoridades policiais, órgãos governamentais e organizações de segurança da informação para testar e monitorar as comunicações em um ambiente sensível ou em uma investigação. Mas spyware também está disponível para consumidores, permitindo que compradores espionem seus cônjuges, filhos e funcionários.”</p> <p>“Cavalos de troia</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Os cavalos de troia se disfarçam de aplicativos inofensivos, enganando os usuários para que façam o download e os usem. Uma vez em funcionamento, eles podem roubar dados pessoais, travar um dispositivo, espionar atividades ou até mesmo iniciar um ataque.”</p> <p>Fonte: <a href="https://www.mcafee.com/pt-br/antivirus/malware.html">https://www.mcafee.com/pt-br/antivirus/malware.html</a></p> <p>Diante o exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
P03_1-14 / P03_2-14 / P03_3-17	<p>Após analisar o recurso, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>Topologia de rede é a forma como você organiza os elementos de uma rede de comunicação, é o canal no qual o meio de rede está conectado aos computadores e outros componentes de uma rede de computadores. Dessa maneira, topologia de rede pode ser considerada uma ferramenta das redes de computadores, visto que é através dela que uma rede se conecta a outra. Portanto, a questão está dentro do conteúdo disponibilizado aos candidatos.</p> <p>Diante o exposto, indefere-se o presente recurso.</p> <p><a href="https://www.internationalit.com/post/topologia-de-rede-conhe%C3%A7a-os-principais-tipos">https://www.internationalit.com/post/topologia-de-rede-conhe%C3%A7a-os-principais-tipos</a></p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-15 / P03_2-13 / P03_3-16	<p>Após analisar o recurso, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>O Protocolo TCP/IP possui quatro camadas, sendo duas delas a Camada Internet e a Camada de Interface de Rede.</p> <p>A alternativa D se refere a Camada Internet, que é representada pelo protocolo IP, recebendo pedidos de transporte para envio de pacotes e os conduzindo até a estação final de destino. É nessa camada que os pacotes são roteados para atingir seu destino final. Já a Camada de Interface de Rede está associada à rede física (Ethernet) e fisicamente</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>constitui-se em um driver de acesso a esta rede (device driver). É a camada que se relaciona a tudo aquilo que um pacote IP necessita para realmente estabelecer um link físico.</p> <p>Fonte: <a href="http://docente.ifsc.edu.br/joao.augusto/MaterialDidatico/2019-2/Sistemas%20e%20Conectividade/Redes%20de%20Computadores.pdf">http://docente.ifsc.edu.br/joao.augusto/MaterialDidatico/2019-2/Sistemas%20e%20Conectividade/Redes%20de%20Computadores.pdf</a></p> <p>O protocolo TCP/IP é organizado em 4 camadas básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Camada de aplicação:</b> Refere-se aos programas de aplicação que se utilizam dos serviços da camada de transporte. Exemplo: Telnet (emulação terminal via rede), ftp (protocolo de troca de arquivos), www (serviço páginas da internet), etc.</li> <li>• <b>Camada Internet:</b> Representada pelo protocolo IP, recebe pedidos transporte para envio de pacotes e conduz estes até a estação final de destino.</li> <li>• <b>Camada de transporte:</b> Possibilita a comunicação entre os programas aplicação, de uma forma fim-a-fim, ou seja, garante que os dados transmitidos/recebidos estarão corretos.</li> <li>• <b>Camada de interface de rede:</b> Se relaciona a tudo aquilo que um pacote IP necessita para realmente estabelecer um link físico.</li> </ul> <p>Diante o exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
P03_1-16 / P03_2-18 / P03_3-12	Após analisar o recurso, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Hubs atuam como pontos de conexão centrais para dispositivos em uma rede, enquanto as pontes conectam dois segmentos de rede. O enunciado da questão é claro ao apresentar essa diferença, como verifica-se a seguir:</p> <p>“Os (As) _____ são equipamentos ativos de rede que fazem a <b>interligação entre dois segmentos de rede ligados por uma linha de comunicação.</b>”</p> <p><a href="https://askanydifference.com/pt/difference-between-hub-and-bridge-with-table/">https://askanydifference.com/pt/difference-between-hub-and-bridge-with-table/</a></p> <p>Diante o exposto, indefere-se o presente recurso</p>		
P03_1-17 / P03_2-19 / P03_3-18	<p>Após analisar o recurso, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>Backup completo cria uma cópia de todos os dados presentes em um servidor para outro local. São todos os dados mesmo, sem nenhuma seleção. Esse tipo de backup leva mais tempo para a restauração e requer mais espaço de armazenamento no local em que as cópias serão armazenadas.</p> <p>O backup incremental só é realizado a cópia de segurança dos dados que foram alterados desde a última operação de backup. O sistema geralmente faz essa seleção por meio do acompanhamento da data e hora da modificação combinada com a data de hora do backup anterior.</p> <p>E o backup diferencial copiando todos os dados alterados desde o backup completo anterior. Ele pode parecer igual ao backup incremental, mas não é. O backup incremental cria a cópia de segurança dos arquivos modificados desde o último backup, independente do tipo</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>de backup. Já o backup diferencial continua copiando os arquivos alterados desde o último backup completo.</p> <p>Fonte: <a href="https://www.ohub.com.br/ideias/tipos-de-backup/">https://www.ohub.com.br/ideias/tipos-de-backup/</a></p> <p>As informações apresentadas na questão não impedem o seu entendimento.</p> <p>Diante o exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
P03_1-20 / P03_2-17 / P03_3-14	<p>Após analisar o recurso, a Banca entendeu por anular a questão, visto que o comando apresentado se refere ao MS-Excel em Inglês e o que é utilizado no Brasil é a versão em Português.</p> <p>Diante o exposto, defere-se o presente recurso.</p>	Deferido	Anulada

**Noções de Informática – Ensino Superior (Cargos P01 e P02)**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
<p>P01_1-17 / P01_2-17 / P01_3-19 /</p> <p>P02_1-17 / P02_2-17 P02_3-19</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito.</p> <p>O Spyware, como o nome indica, é utilizado no intuito de espionar seu alvo, monitorando as atividades realizadas na internet sem que ele saiba/desconfie, além de ser instalado sem o seu consentimento, ou seja, não precisa de uma ação do alvo para sua instalação. Já o Cavalo de Troia é instalado através de um aplicativo disfarçado, que deve ser instalado pelo alvo, que tem como</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>objetivo roubar dados pessoais, travar o dispositivo ou até atacá-lo. Sendo assim, é possível verificar que os dois são utilizados para fins e de maneiras diferentes.</p> <p>“Spyware</p> <p>Spyware é um programa instalado no seu computador, normalmente sem o seu conhecimento explícito, que captura e transmite informações pessoais ou de navegação na Internet hábitos e detalhes para o usuário. O Spyware permite que seus usuários monitorem todas as formas de comunicações no dispositivo alvo. O spyware é frequentemente usado pelas autoridades policiais, órgãos governamentais e organizações de segurança da informação para testar e monitorar as comunicações em um ambiente sensível ou em uma investigação. Mas spyware também está disponível para consumidores, permitindo que compradores espionem seus cônjuges, filhos e funcionários.”</p> <p>“Cavalos de troia</p> <p>Os cavalos de troia se disfarçam de aplicativos inofensivos, enganando os usuários para que façam o download e os usem. Uma vez em funcionamento, eles podem roubar dados pessoais, travar um</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>dispositivo, espionar atividades ou até mesmo iniciar um ataque.”</p> <p>Fonte: <a href="https://www.mcafee.com/pt-br/antivirus/malware.html">https://www.mcafee.com/pt-br/antivirus/malware.html</a></p> <p>Diante o exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
--	---	--	--

**Formulário de Resposta aos recursos – Raciocínio Lógico – Ensino Superior – Manhã**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
<p>P01_1-12 / P01_2-13 / P01_3-11 /</p> <p>P02_1-12 / P02_2-13 P02_3-11</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>Para que seja considerada uma sentença tautológica é necessário que haja alguma redundância, ou seja, uma repetição desnecessária de termos. Ao analisar a alternativa E notamos que se trata de um operador condicional, que não é sempre verdadeiro. Portanto, a única alternativa que apresenta uma redundância explícita é a alternativa C.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.		
P01_1-13 / P01_2-15 / P01_3-15 /  P02_1-13 / P02_2-15 P02_3-15	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> $  \begin{aligned}  &x + (x + 1) + (x + 2) + (x + 3) \\  &\quad + (x + 4) = 45 \\  &5x = 45 - 10 \\  &x = 7  \end{aligned}  $ <p>Colocando em ordem crescente temos: 7, 8, 9, 10, 11. A soma dos algarismos do quarto número em ordem crescente é <math>1 + 0 = 1</math>. A raiz quadrada de 1 é igual a 1.</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-14 / P01_2-11 / P01_3-12 /  P02_1-14 / P02_2-11 P02_3-12	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p>Maria lê sempre cinco páginas a mais do que leu no dia anterior. Dessa forma, e sabendo que ela começou sua leitura em 04/08 podemos montar uma tabela com as respectivas leituras diárias:</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Datas	Quantidade de páginas lidas		
	04/08	1		
	05/08	1+4 = 5		
	06/08	5+4 = 9		
	07/08	9+4 = 13		
	08/08	13+4 = 17		
	09/08	17+4 = 21		
	10/08	21+4 = 25		
	Chegando a ler 25 páginas no dia 10/08.			
	Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.			
P01_1-15 / P01_2-14 / P01_3-14 /  P02_1-15 / P02_2-14 P02_3-14	Após a análise da questão, esta Banca entendeu por anular a questão.  Ausência de alternativa correta para a referida questão. Diante do exposto, defere-se o presente recurso.		Deferido	Anulada

**Conhecimentos Específicos – T01- Técnico em Informática – Ensino Médio**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
T01_1-51 / T01_2-58 / T01_3-82	<p>Em resumo, a lógica binária (base 2) é a base fundamental usada em sistemas de computadores para processar dados, e a lógica decimal (base 10) é utilizada para representar unidades de medida em alguns contextos, especialmente quando se trata de armazenamento de dados.</p> <p>A transição para o uso de lógica decimal para unidades de medida não implica uma mudança na base numérica do sistema de computação, mas sim uma escolha de padronização para fins de comunicação com o público em geral.</p> <p>A conversão deve ser feita considerando que 1MB = 1024 KB. Realizando a conta com a fórmula <math>MB = KB/1024</math>.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
T01_1-62 / T01_2-91 / T01_3-70	Após análise da questão, chegamos à conclusão de que realmente não há nenhum erro no bloco de código informado, o que torna a alternativa “Erro de compilação” inválida. Ao compilar o código nota-se que o resultado mostrado é 8. Portanto troca-se o gabarito para letra A.	Deferido	Letra A
T01_1-76 / T01_2-98 / T01_3-98	Após análise da questão, chegamos à conclusão de que houve um erro ortográfico que pode levar a dupla interpretação da questão, portanto fica anulada a questão.	Deferido	Anulada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

T01_1-83 / T01_2-74 / T01_3-87	Após análise da questão, chegamos à conclusão de que houve um erro e a alternativa correta é letra E “Swift”.  A alternativa que atende ao enunciado da questão é a letra E.	Deferido	Letra E
T01_1-86 / T01_2-89 / T01_3-76	Ao analisar o pedido de anulação da questão, chegamos à conclusão de que a fundamentação do pedido não é suficiente para uma possível anulação. O fato do sistema se chamar UBUNTU SERVER e na resposta estar apenas UBUNTU não afeta a resolução da questão visto que o UBUNTU SERVER é uma variante do sistema UBUNTU.	Indeferido	Gabarito mantido
T01_1-89 / T01_2-93 / T01_3-71	A resposta dada como correta pelo gabarito está correta. O operador! É colocado após a variável ser chamada para indicar que o valor dela que poderia ser nulo neste bloco de código, não vai ser. Em outras palavras serve para dizer ao compilador que a variável que pode ser nula naquela situação, sempre terá um valor.	Indeferido	Gabarito mantido
T01_1-97 / T01_2-71 / T01_3-99	A questão não induz ao erro, em momento algum a questão afirma que o rapaz trocou a pasta térmica de seu processador e ao interpretar o que é dito no enunciado deve se chegar à conclusão de que é necessária a troca da pasta térmica do processador.	Indeferido	Gabarito mantido

**Conhecimentos Específicos – P01 Auditor Municipal de Controle Interno – Ensino Superior**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
---------	---------------	------------------------------------	-------------------------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P01_1-23 / P01_2-86 / P01_3-23	<p>A alternativa correta é a letra (A) – PROVA 3: "A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades."</p> <p>Essa afirmação está de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) em relação à receita corrente líquida (RCL). A RCL é um indicador utilizado para o cálculo de limites e condições para despesas com pessoal e dívida pública, por exemplo.</p> <p>De acordo com a lei, a RCL é calculada pela soma das receitas arrecadadas no mês em questão e nos onze meses anteriores, excluindo duplicidades. Ou seja, as receitas são somadas, mas é necessário eliminar qualquer duplicidade que possa ocorrer, garantindo assim uma contabilização precisa das receitas correntes.</p> <p>Essa definição é importante para garantir a correta apuração da RCL, fornecendo uma base sólida para a análise e o controle das finanças públicas, bem como para o cumprimento dos limites estabelecidos pela legislação em relação às despesas do governo.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-26 / P01_2-37 / P01_3-55	<p>A resposta correta é a alternativa (A) - PROVA 3: "A dívida pública consolidada ou fundada consiste no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses."</p> <p>Isso está de acordo com a definição estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) em relação à dívida pública consolidada ou fundada. Essa modalidade de dívida é composta pelo montante total das obrigações financeiras do ente federativo, considerando leis, contratos, convênios ou</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>tratados que estabelecem tais obrigações, além das operações de crédito realizadas com prazo de amortização superior a doze meses.</p> <p>Essa definição é importante para o controle e a gestão da dívida pública, uma vez que delimita o escopo das obrigações financeiras que devem ser consideradas como parte da dívida consolidada. É fundamental evitar duplicidades na contabilização das obrigações, garantindo uma mensuração precisa do endividamento público e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos pela legislação.</p> <p>Já a letra (D) está incorreta porque afirma que as operações de crédito de prazo inferior a doze meses não integram a dívida pública consolidada, mesmo que suas receitas tenham constado do orçamento. No entanto, essa afirmação não está de acordo com a definição da dívida pública consolidada estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 29, inciso I da LC nº 101/2000).</p> <p>De acordo com a lei, as operações de crédito, independentemente de seu prazo, devem ser consideradas na dívida pública consolidada. Isso significa que as obrigações decorrentes de operações de crédito, mesmo que com prazo inferior a doze meses, devem ser incluídas no cálculo da dívida consolidada.</p> <p>A inclusão dessas operações de crédito é importante para garantir uma avaliação abrangente e precisa do endividamento público, evitando a exclusão de obrigações financeiras relevantes. Portanto, a afirmação na letra (D) não está em conformidade com a definição correta da dívida pública consolidada.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P01_1-29 / P01_2-36 / P01_3-83	<p>A alternativa correta é a letra (B) – PROVA 1: "O poder normativo confere à Administração Pública a prerrogativa de complementar a lei, de modo a efetivar a sua aplicabilidade, mas não pode a Administração alterar o texto legal com base neste poder."</p> <p>Essa afirmação está correta em relação ao poder normativo da Administração Pública. O poder normativo permite que a Administração Pública edite normas complementares para detalhar e regulamentar a aplicação das leis, visando a sua efetiva execução. No entanto, a Administração não pode alterar o texto legal propriamente dito.</p> <p>A Administração, por meio de atos normativos, pode complementar a lei, esclarecendo seu alcance, estabelecendo procedimentos, prazos, requisitos e outras disposições necessárias para sua correta aplicação. Esses atos normativos são chamados de regulamentos e decretos.</p> <p>No entanto, a Administração Pública não pode alterar o texto legal por meio do poder normativo. Qualquer modificação ou alteração na lei deve ser feita pelo Poder Legislativo, responsável pela elaboração e alteração das leis.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-30 / P01_2-99 / P01_3-97	<p>Considerando o fato de que a segunda afirmativa a ser avaliada como "verdadeira" ou "falsa" está incompleta, a questão deverá ser anulada.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser deferido e a questão anulada.</p>	Deferido	Anulada
P01_1-32 / P01_2-45 / P01_3-96	<p>A única alternativa possível é a letra (A) – PROVA 1: "A CF/1988 adota a teoria da culpa administrativa, segundo a qual o lesado não precisa identificar o causador do dano, basta que demonstre o elemento do dolo ou da culpa do Estado para que reste configurada a responsabilidade do ente estatal."</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Essa afirmação está incorreta em relação à Responsabilidade Civil do Estado prevista na Constituição Federal de 1988. A CF/1988 adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, e não a teoria da culpa administrativa mencionada na alternativa (artigo 37, §6º).</p> <p>De acordo com a responsabilidade objetiva, para que o Estado seja responsabilizado por danos causados a terceiros, não é necessário demonstrar a existência de dolo ou culpa do ente estatal. Basta comprovar o nexo causal entre a ação ou omissão do Estado e o dano sofrido pelo indivíduo.</p> <p>A responsabilidade objetiva do Estado é fundamentada na ideia de que, em algumas situações, a simples atividade do Estado pode gerar riscos e danos para os cidadãos, exigindo que o Estado assuma a responsabilidade pelos prejuízos causados.</p> <p>Portanto, a alternativa (A) está incorreta ao mencionar a teoria da culpa administrativa como adotada pela Constituição Federal de 1988.</p> <p>Dessa forma, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-37 / P01_2-98 / P01_3-34	<p>A alternativa correta é a letra (C) – PROVA 1: "I e II."</p> <p>A proposição I está correta. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para desempenhar atividades próprias e típicas do Estado. Elas possuem natureza autônoma e são vinculadas a uma administração pública, podendo exercer atividades de interesse coletivo, como saúde, educação, cultura, entre outras.</p> <p>A proposição II está correta. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legal, geralmente sob a forma de sociedade anônima, para a exploração de atividades econômicas de interesse</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>público. Apesar de possuírem natureza jurídica privada, elas estão sujeitas a controles e regulamentações especiais devido à sua relação com o Estado.</p> <p>A proposição III está incorreta. Ao contrário das autarquias, as quais possuem autonomia administrativa, financeira, patrimonial e política, as empresas públicas não gozam dessa autonomia completa. Embora tenham uma certa autonomia na gestão dos seus recursos e atividades, estão sujeitas a uma maior intervenção e controle do Estado em comparação com as autarquias.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-38 / P01_2-27 / P01_3-26	<p>Considerando que o foco da questão era o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco, reforçamos que o equívoco no número da lei não compromete a compreensão e a resolução adequada da questão. O objetivo principal era avaliar o conhecimento dos candidatos em relação ao conteúdo e às disposições do referido regime estatutário, o que foi plenamente atendido, independentemente do número da lei mencionada.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-39 / P01_2-43 / P01_3-66	<p>Considerando que não ficou claro na introdução da questão sobre qual Lei se tratava, o recurso deve ser deferido e a questão deverá ser anulada.</p>	Deferido	Anulada
P01_1-41 / P01_2-93 / P01_3-28	<p>A alternativa correta é a letra (C) – PROVA 1: "Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos."</p> <p>Essa afirmação está correta de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). O ato de frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos configura um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>A Lei de Improbidade Administrativa estabelece diversas condutas que são consideradas atos de improbidade administrativa, prejudicando a moralidade e a legalidade na Administração Pública. Dentre essas condutas, a frustração da licitude de processos licitatórios ou de processos seletivos para parcerias com entidades sem fins lucrativos é uma delas, sendo considerada uma violação aos princípios da Administração Pública.</p> <p>Portanto, a alternativa (C) está correta ao mencionar que frustrar a licitude de processos licitatórios ou de processos seletivos para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos configura um ato de improbidade administrativa.</p> <p>Dessa forma, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-50 / P01_2-52 / P01_3-89	<p>A alternativa correta é a letra (A) – PROVA 1: "Governança e cultura; Definição de estratégia e objetivo; Desempenho; Análise e revisão; Informação, comunicação e reporte."</p> <p>O COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management) apresenta de fato 20 princípios organizados em 5 componentes inter-relacionados acerca do gerenciamento de riscos corporativos. Esses componentes são:</p> <p>Governança e cultura: Estabelece a estrutura de governança e promove uma cultura de gerenciamento de riscos eficaz em toda a organização.</p> <p>Definição de estratégia e objetivo: Estabelece os objetivos estratégicos da organização e alinha-os com a gestão de riscos para a consecução desses objetivos.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Desempenho: Avalia e gerencia os riscos relacionados ao desempenho, considerando aspectos como eficácia operacional, eficiência, segurança, conformidade e sustentabilidade.</p> <p>Análise e revisão: Identifica, analisa e avalia os riscos que podem afetar a organização, incluindo a avaliação de controles existentes e a identificação de melhorias necessárias.</p> <p>Informação, comunicação e reporte: Estabelece processos de comunicação e reporte efetivos para garantir que as informações relevantes sobre os riscos sejam compartilhadas de maneira apropriada e oportuna com as partes interessadas.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a (A), pois indica corretamente todos os componentes do COSO ERM.</p> <p>Assim, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-52 / P01_2-66 / P01_3-22	<p>A alternativa correta é a letra (A) - PROVA 1: “apenas II.”</p> <p>A questão trata sobre o poder regulamentar. Di Pietro, por opção doutrinária, prefere falar em “poder normativo” (2019, p. 255). A opção doutrinária entre poder regulamentar e normativo em nada interfere na compreensão e resolução da questão. Além disso, em nenhum momento fala-se em poder vinculado, de modo que a compreensão também seria prejudicada pela eventual confusão entre os poderes já que o enunciado indicou corretamente a que poder se referiam os itens.</p> <p>Doutrinariamente, admitem-se dois tipos de regulamentos: o regulamento executivo e o regulamento independente ou autônomo. O primeiro complementa a lei ou, nos termos do artigo 84, IV, da Constituição, contém normas “para fiel execução da lei”; ele não pode estabelecer normas contra lei ou ultra legem. Ele não pode inovar na ordem jurídica, criando direitos,</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>obrigações, proibições, medidas punitivas, até porque ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, conforme artigo 5º, II, da Constituição; ele tem que se limitar a estabelecer normas sobre a forma como a lei vai ser cumprida pela Administração. O regulamento autônomo ou independente inova na ordem jurídica, porque estabelece normas sobre matérias não disciplinadas em lei; ele não completa nem desenvolve nenhuma lei prévia (Di Pietro, 2019, p. 256).</p> <p>Justificativa dos itens incorretos:</p> <p>(I) O regulamento executivo é uma prerrogativa do poder executivo, contudo, não cabe a ele a função de poder inovar na ordem jurídica. Por isso, a alternativa está incorreta.</p> <p>(III) O regulamento autônomo inova na ordem jurídica, porque estabelece normas sobre matérias que não são disciplinadas em lei. Por isso, a alternativa está incorreta.</p> <p>(IV) Nos regulamentos jurídicos, o poder regulamentar não é maior e com mais discricionariedade, na verdade, se trata de um poder limitador dos direitos individuais em benefício da coletividade.</p> <p>Portanto, a única correta é a alternativa (II).</p> <p>Dessa forma, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-54 / P01_2-28 / P01_3-80	<p>A alternativa correta é a letra (B) – PROVA 1: "Poder de delegar atribuições que sejam privativas."</p> <p>A organização administrativa envolve a distribuição de competências e a hierarquia na estrutura da Administração Pública. Nesse contexto, um dos poderes decorrentes da organização administrativa é o poder de delegar atribuições. No entanto, esse poder de delegação de atribuições não abrange</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>aquelas que são privativas, ou seja, aquelas que são exclusivas de determinado órgão ou autoridade e não podem ser transferidas.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
<p>P01_1-55 / P01_2-30 / P01_3-84</p>	<p>A alternativa correta é a letra (B): "Autoexecutoriedade, autotutela, poder de expropriar, de requisitar bens e serviços, e de ocupar temporariamente o imóvel alheio."</p> <p>Os exemplos mencionados na alternativa (B) são prerrogativas da Administração Pública:</p> <p>Autoexecutoriedade: A Administração Pública tem a capacidade de executar suas decisões e atos administrativos sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário, desde que amparada pela lei.</p> <p>Autotutela: A Administração Pública tem o poder de rever, anular, revogar ou modificar seus próprios atos administrativos quando constatarem ilegalidades ou inconformidades com a legislação.</p> <p>Poder de expropriar: A Administração Pública tem a prerrogativa de desapropriar bens privados mediante o pagamento de justa indenização, para fins de utilidade pública ou interesse social.</p> <p>Poder de requisitar bens e serviços: A Administração Pública pode requisitar temporariamente bens e serviços particulares, em casos de necessidade pública, mediante justa indenização.</p> <p>Ocupação temporária do imóvel alheio: A Administração Pública pode ocupar temporariamente um imóvel particular para a realização de obras ou atividades de interesse público, desde que haja justa indenização.</p> <p>Portanto, apenas a alternativa (B) contém exemplos de prerrogativas da administração pública.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Dessa forma, o recurso deve ser indeferido.		
P01_1-57 / P01_2-85 / P01_3-47	<p>A alternativa correta é a: "Manutenção do regime jurídico."</p> <p>Uma das consequências da aplicação do princípio da continuidade do serviço público é a manutenção do regime jurídico estabelecido para a prestação do serviço. Isso significa que, mesmo diante de situações excepcionais ou crises, a Administração Pública deve garantir a continuidade e a regularidade do serviço, respeitando as normas e regras jurídicas estabelecidas.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-58 / P01_2-72 / P01_3-39	<p>A alternativa correta é a que indica “o serviço de iluminação pública é um exemplo de serviço uti universi, que são prestados à coletividade, mas usufruídos apenas indiretamente pelos indivíduos.”</p> <p>De acordo com Di Pietro (2019, p. 302) os serviços uti universi são prestados à coletividade, mas usufruídos apenas indiretamente pelos indivíduos. É o caso dos serviços de defesa do país contra o inimigo externo, dos serviços diplomáticos, dos trabalhos de pesquisa científica, de iluminação pública, de saneamento. Quanto a este último, o STF, pela Súmula nº 670 (atual Súmula Vinculante nº 41), consagrou o entendimento de que “o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa”, exatamente por não ser usufruído uti singuli e não se enquadrar no conceito contido no artigo 145, II, da Constituição.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P01_1-59 / P01_2-96 / P01_3-54	<p>A alternativa correta é a: "I e IV".</p> <p>As proposições corretas são:</p> <p>I. Para o serviço público de natureza comercial ou industrial, que admita a cobrança de tarifa do usuário, o instituto adequado é a concessão ou permissão de serviço público.</p> <p>IV. Para o serviço público de natureza comercial ou industrial, sem cobrança de tarifa do usuário, o instituto cabível é a concessão.</p> <p>Na proposição I, é correto afirmar que serviços públicos de natureza comercial ou industrial, nos quais é possível cobrar tarifa do usuário, podem ser concedidos ou permitidos a terceiros por meio de contratos de concessão ou permissão.</p> <p>Na proposição IV, é correta a afirmação de que serviços públicos de natureza comercial ou industrial, que não envolvem a cobrança de tarifa do usuário, podem ser objeto de concessão.</p> <p>A justificativa para as proposições corretas pode ser feita com base na Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-60 / P01_2-46 / P01_3-63	<p>A resposta correta é a “autoexecutoriedade”.</p> <p>A autoexecutoriedade é um atributo da Administração Pública que lhe confere a prerrogativa de executar diretamente suas decisões, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. É a capacidade de a Administração Pública impor suas decisões de forma coercitiva, quando necessário, sem depender de ordem judicial prévia.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Nos casos de necessidade de tomada de medidas urgentes para proteção da segurança e interesse público, como a demolição de um prédio em risco de desabamento, o internamento de pessoa com doença contagiosa ou a dissolução de uma reunião que represente risco à segurança, a Administração Pública pode agir de forma imediata, utilizando-se da autoexecutoriedade para adotar as medidas necessárias sem a exigência de autorização judicial prévia.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-62 / P01_2-81 / P01_3-21	<p>A revogação é um ato administrativo discricionário que permite à Administração Pública extinguir um ato válido por razões de oportunidade e conveniência. No entanto, a revogação não se aplica aos atos administrativos que são considerados meros atos, como certidões.</p> <p>Os meros atos administrativos são aqueles que têm um caráter declaratório ou informativo, sem efeitos concretos ou modificativos na esfera jurídica dos administrados. As certidões, por exemplo, têm como objetivo fornecer informações ou comprovações de determinada situação, não gerando direitos nem impondo obrigações.</p> <p>Portanto, a revogação não pode atingir os meros atos administrativos, como as certidões, sendo essa a justificativa para a alternativa (C) – PROVA 1 ser a correta.</p> <p>Já a alternativa (E) afirma que não podem ser revogados os atos que geram direitos adquiridos, conforme está expresso na Súmula nº 473 do STF. No entanto, essa afirmação está equivocada.</p> <p>A revogação de um ato administrativo é um poder da Administração Pública que pode ocorrer por razões de conveniência e oportunidade. Esse poder de revogação não está limitado apenas aos atos que geram direitos adquiridos. A Administração pode revogar atos válidos, desde que observe os requisitos legais e respeite os direitos dos administrados.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>A Súmula nº 473 do STF estabelece que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Ou seja, a Súmula reconhece que a Administração pode anular ou revogar seus atos, desde que não viole direitos adquiridos.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-63 / P01_2-35 / P01_3-92	<p>Analizando as proposições, a alternativa correta é a (D) II e IV – PROVA 3</p> <p>II. Será administrativo o contrato que tiver por objeto a utilização privativa de bem público de uso comum ou uso especial. Essa afirmativa está correta, pois quando o objeto do contrato envolve a utilização privativa de um bem público de uso comum ou uso especial, como a concessão de um espaço público para um determinado fim, estamos diante de um contrato administrativo.</p> <p>IV. Quando a Administração celebra contrato cujo objeto apenas indiretamente ou acessoriamente diz respeito ao interesse geral, ela se submete ou pode submeter-se ao direito privado. Essa afirmativa também está correta. Quando o objeto do contrato celebrado pela Administração Pública é apenas indiretamente ou acessoriamente relacionado ao interesse geral, é possível que esse contrato esteja sujeito ao direito privado em certos aspectos.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser deferido, pois as proposições II e IV estão corretas, tornando a alternativa (D) a resposta correta.</p>	Deferido	Letra D
P01_1-65 / P01_2-87 / P01_3-61	<p>A alternativa correta é a (C) Princípio da Isonomia – PROVA 1</p> <p>A indicação de uma marca específica, exigências de habilitação indispensáveis ou especificações detalhadas de características de um produto podem</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>configurar situações que ferem o princípio da isonomia, que é um dos princípios fundamentais da administração pública. O princípio da isonomia visa garantir a igualdade de condições entre os participantes de um processo licitatório, assegurando que todos tenham oportunidades iguais de competir e serem selecionados de acordo com os critérios estabelecidos.</p> <p>Ao permitir exceções ou favorecer determinadas marcas, empresas ou exigências de habilitação específicas, a administração pública pode violar o princípio da isonomia, prejudicando a igualdade de oportunidades e a competição justa entre os participantes. Portanto, tais situações são consideradas exceções a esse princípio.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-67 / P01_2-90 / P01_3-88	<p>O tema da questão, “DIREITO FINANCEIRO: conceito e delimitação” está incluído no conteúdo programático estabelecido para o cargo de Auditor Municipal de Controle Interno, conforme indicado no edital na página 28.</p> <p>Portanto, o recurso está indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-68 / P01_2-50/ P01_3-70	<p>A alternativa correta é de fato a (A) "As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é justificativa da I." – PROVA 3.</p> <p>Na asserção I, é afirmado corretamente que a autorização no orçamento para a construção de uma escola não obriga o Executivo a realizá-la. A inclusão da despesa no orçamento é apenas uma autorização para que o Executivo possa realizar a obra, mas não impõe uma obrigação direta de execução.</p> <p>Na asserção II, é afirmado corretamente que é possível separar as normas da lei orçamentária em normas orçamentárias e normas pré-orçamentárias. As normas orçamentárias são aquelas relacionadas diretamente às despesas e receitas do orçamento, enquanto as normas pré-orçamentárias são aquelas que estabelecem regras e diretrizes para a elaboração e execução do</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>orçamento. A asserção II justifica a asserção I, pois demonstra essa distinção entre as normas e como elas podem influenciar a obrigação de execução das despesas autorizadas no orçamento.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-69 / P01_2-97 / P01_3-24	<p>A sequência correta é a alternativa (C) 2 - 2 - 1 - 1. – PROVA 3.</p> <p>A opção 2 se refere à natureza impositiva, que é caracterizada por vinculações com direito subjetivo por força de outro comando que não o orçamentário. Essa natureza está relacionada a comandos normativos criados por leis anteriores ao orçamento, como o pagamento de salários e transferências constitucionais.</p> <p>A opção 1 se refere à natureza autorizativa, que permite ao Executivo cumprir ou não a norma, dependendo das disponibilidades orçamentárias e vontade política. Essa natureza está relacionada a comandos normativos criados na própria lei orçamentária, como a reforma de praça e a construção de escola.</p> <p>Portanto, a sequência correta é 2 - 2 - 1 - 1.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-70 / P01_2-61 / P01_3-35	<p>A sequência correta é a alternativa (C) 3 - 2 - 4 – 1 – PROVA 1.</p> <p>O orçamento-programa, representado pela opção 3, é aquele vinculado ao planejamento, com foco no aspecto administrativo da gestão e privilegia aspectos gerenciais e o alcance de resultados.</p> <p>O orçamento-desempenho, representado pela opção 2, é o orçamento com ênfase no desempenho organizacional, com desvinculação entre planejamento e orçamento.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>O orçamento base zero, representado pela opção 4, é aquele em que não há vinculação ao exercício anterior como parâmetro para o valor inicial mínimo do gasto.</p> <p>O orçamento tradicional, representado pela opção 1, é desvinculado de planejamento e com foco em aspectos contábeis.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-71 / P01_2-44 / P01_3-58	<p>A alternativa correta é a (B) Verificar a conformidade das operações com as leis e regulamentos aplicáveis – PROVA 1.</p> <p>A Auditoria Interna na área municipal tem como objetivo principal avaliar se as operações realizadas estão em conformidade com as leis, regulamentos e normas aplicáveis. A sua função é analisar e verificar se os procedimentos adotados estão em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, eficácia, economicidade e transparência. Dessa forma, a Auditoria Interna busca identificar possíveis irregularidades, falhas e desvios, contribuindo para a melhoria dos processos e a garantia da integridade e adequação das atividades municipais.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-73 / P01_2-80 / P01_3-73	<p>A alternativa correta é (A) Fraudes nos processos – PROVA 2.</p> <p>A falha na segregação de funções é um risco significativo, pois pode abrir espaço para fraudes nos processos administrativos. A segregação de funções é um princípio de controle interno que visa separar as responsabilidades e tarefas entre diferentes indivíduos, de modo a evitar conflitos de interesse e reduzir a possibilidade de erros e fraudes.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Quando não há uma adequada segregação de funções, uma única pessoa pode ter acesso a todas as etapas de um processo, desde o início até a conclusão. Isso aumenta a probabilidade de manipulação de informações, desvios de recursos e outras práticas fraudulentas, já que não há uma revisão ou supervisão adequada por parte de outros indivíduos independentes.</p> <p>Portanto, a falha na segregação de funções pode resultar em um maior risco de ocorrência de fraudes nos processos administrativos.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-74 / P01_2-64 / P01_3-40	<p>A alternativa correta é a letra B) Verificação da conformidade com as normas contábeis – PROVA 1.</p> <p>Na condução de uma auditoria de conformidade, um dos procedimentos básicos é a verificação da conformidade da organização com as normas contábeis aplicáveis. Isso envolve a análise das demonstrações financeiras e demais registros contábeis para garantir que estejam de acordo com os princípios contábeis vigentes e as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores.</p> <p>A auditoria de conformidade com as normas contábeis visa assegurar a precisão, a integridade e a confiabilidade das informações financeiras apresentadas pela organização. Os auditores realizam testes e procedimentos de verificação para avaliar se as práticas contábeis adotadas estão em conformidade com as normas contábeis adequadas, incluindo as leis e regulamentos aplicáveis.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-76 / P01_2-38 / P01_3-36	<p>A alternativa correta é a letra (C) - antecipar possíveis problemas e corrigir desvios – PROVA 3.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>O objetivo principal do controle preventivo é justamente antecipar possíveis problemas e corrigir desvios antes que eles ocorram ou se tornem mais graves. Esse tipo de controle é voltado para a prevenção de erros, falhas, fraudes e irregularidades nas operações da organização.</p> <p>O controle preventivo busca identificar potenciais riscos e estabelecer medidas e procedimentos adequados para mitigá-los ou evitá-los. Ele é implementado por meio de políticas, normas, procedimentos, treinamentos e supervisão adequados, com o objetivo de garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas e em conformidade com as leis, regulamentos e boas práticas.</p> <p>Ao antecipar possíveis problemas e corrigir desvios, o controle preventivo contribui para a eficiência, a eficácia e a conformidade das operações da organização, evitando prejuízos financeiros, perdas de reputação e outros impactos negativos.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-77 / P01_2-42 / P01_3-56	<p>A alternativa correta é a letra (D) - a inclusão do fato em um relatório de auditoria para conhecimento da alta administração – PROVA 1.</p> <p>Ao identificar que um servidor está recebendo um salário superior ao previsto em lei, o auditor deve incluir esse fato em um relatório de auditoria para conhecimento da alta administração. Essa medida permite que a administração tome ciência da irregularidade e tome as devidas providências para corrigir a situação.</p> <p>A inclusão do fato em um relatório de auditoria é importante para documentar a irregularidade, garantir a transparência das informações e fornecer subsídios para que a alta administração possa tomar as medidas corretivas necessárias. Essas medidas podem incluir a correção imediata do salário do servidor, abertura de processo administrativo disciplinar,</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>solicitação de reembolso dos valores indevidamente recebidos, responsabilização do gestor responsável pelo pagamento, entre outras ações cabíveis.</p> <p>Portanto, a recomendação inicial do auditor é incluir o fato em um relatório de auditoria para que a alta administração seja informada e possa tomar as medidas adequadas para solucionar a situação identificada.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-79 / P01_2-57 / P01_3-52	<p>A alternativa correta é a letra (C) - o descarte adequado dos itens obsoletos - – PROVA 1.</p> <p>Durante uma auditoria de estoque, quando um auditor verifica que alguns itens estão obsoletos e sem possibilidade de utilização, é recomendável que esses itens sejam descartados de forma adequada. O descarte adequado pode envolver diferentes medidas, como a venda em leilões específicos para itens obsoletos, a devolução aos fornecedores, a destruição física segura ou a adoção de outras práticas conforme as normas e regulamentações aplicáveis.</p> <p>Manter itens obsoletos no estoque não é uma ação recomendada, pois pode comprometer a eficiência operacional, a ocupação desnecessária de espaço e a possível deterioração dos itens ao longo do tempo.</p> <p>A venda a preços reduzidos (opção A) pode ser considerada, mas é importante avaliar a viabilidade dessa opção, o valor residual dos itens obsoletos e a demanda no mercado.</p> <p>A doação para instituições de caridade (opção B) pode ser uma alternativa em alguns casos, mas deve-se levar em consideração a compatibilidade dos itens com as necessidades das instituições e a viabilidade logística.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Realizar um novo inventário físico dos itens obsoletos (opção E) pode ser necessário para uma contagem mais precisa dos itens antes de realizar o descarte adequado, mas a recomendação principal é o descarte adequado em si.</p> <p>Portanto, a ação mais adequada a ser recomendada pelo auditor é o descarte adequado dos itens obsoletos (opção C).</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-81 / P01_2-53 / P01_3-27	<p>O princípio orçamentário destacado na questão é o princípio da (A) legalidade – PROVA 1.</p> <p>O princípio da legalidade é um dos princípios fundamentais da administração pública, aplicável também ao âmbito orçamentário. Ele estabelece que a atuação dos órgãos públicos deve estar em conformidade com a lei, ou seja, todas as despesas e receitas devem ser previamente autorizadas por lei.</p> <p>No contexto do orçamento público, o princípio da legalidade implica que a elaboração, execução e controle do orçamento devem seguir as disposições legais aplicáveis, como a Constituição Federal, leis orçamentárias, leis de diretrizes orçamentárias e leis de execução orçamentária. Dessa forma, os gastos públicos só podem ser realizados se estiverem previstos e autorizados em lei.</p> <p>Os demais princípios mencionados nas alternativas não estão relacionados ao âmbito orçamentário ou não são princípios orçamentários em si. Portanto, a alternativa correta é a letra (A) - legalidade. Vale frisar que o princípio da anualidade, mencionado na alternativa C, também é um princípio orçamentário válido, mas não está relacionado diretamente com a questão sobre a execução das despesas públicas.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Portanto, considerando o contexto da execução das despesas públicas, o princípio da legalidade é o mais pertinente e, portanto, a alternativa A estaria correta.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-82 / P01_2-75 / P01_3-81	<p>A Norma 2000 das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IIA Standards) estabelece diretrizes para o gerenciamento do programa de auditoria interna. Essa norma abrange aspectos como o planejamento das atividades de auditoria interna, a execução dos trabalhos, o acompanhamento dos resultados e a comunicação dos achados e recomendações.</p> <p>Portanto, a Norma 2000 é a que trata especificamente do gerenciamento do programa de auditoria interna, conforme mencionado no excerto apresentado.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-83 / P01_2-47 / P01_3-43	<p>A sequência correta é (D) V, F, V – PROVA 1.</p> <p>A primeira sentença é VERDADEIRA. Os controles internos exercem um papel crucial na identificação, mitigação e monitoramento de riscos, bem como na promoção da transparência e responsabilidade na administração pública, incluindo a prevenção e o combate à corrupção.</p> <p>A segunda sentença é FALSA. A auditoria interna não se restringe apenas à análise dos registros contábeis, mas abrange uma ampla gama de atividades, como avaliação de processos, controles internos, riscos, conformidade, eficiência operacional, entre outros. Além disso, a auditoria interna desempenha um papel importante no combate à corrupção por meio de investigações e identificação de irregularidades.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>A terceira sentença é VERDADEIRA. A segregação de funções é uma estratégia fundamental para prevenir e detectar fraudes e desvios de recursos. Ao separar as atividades-chave, garantindo que nenhuma pessoa tenha controle completo sobre um processo ou transação, reduzem-se as oportunidades de irregularidades.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
<p>P01_1-89 / P01_2-63 / P01_3-64</p>	<p>Para calcular o valor total da multa considerando juros compostos, podemos utilizar a fórmula do montante (M) em uma situação de juros compostos:</p> $M = P * (1 + i)^n$ <p>Onde:  M = Montante (valor total da multa)  P = Valor original da multa  i = Taxa de juros mensal  n = Número de meses de atraso</p> <p>No caso apresentado, temos:  P = R\$ 10.000,00  i = 0,8% ao mês (0,008)  n = 9 meses</p> <p>Substituindo os valores na fórmula, temos:</p> $M = 10.000 * (1 + 0,008)^9$ <p>Calculando o valor, temos:</p> $M \approx R\$ 10.946,25$	Deferido	Letra C

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Portanto, o valor total da multa considerando os juros compostos é de aproximadamente R\$ 10.946,25.</p> <p>A alternativa correta é a (C) R\$ 10.946,25.</p> <p>Vale frisar que a questão está relacionada ao tópico do edital referente a “Despesa Pública”, mais especificamente ao subtema de juros e encargos sociais da dívida.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser deferido.</p>		
P01_1-90 / P01_2-32 / P01_3-72	<p>A governança não se restringe apenas ao círculo da alta administração, mas deve abranger todos os níveis e espaços da organização. É importante promover a responsabilidade, transparência, integridade e ética em todas as áreas e processos, buscando uma cultura organizacional de governança em todos os níveis.</p> <p>Portanto, a proposição I está incorreta ao mencionar que a governança prioriza esses elementos apenas no círculo da alta administração.</p> <p>Ademais, a proposição III também está incorreta, pois a governança não é um processo estático, mas dinâmico.</p> <p>A alternativa correta é a letra B, que inclui apenas a proposição II, pois a governança refere-se às estruturas, processos e práticas utilizadas pelas organizações para dirigir e controlar suas atividades.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-92 / P01_2-70 / P01_3-69	<p>A situação descrita na questão, em que informações financeiras relevantes foram omitidas intencionalmente por um gestor durante uma auditoria interna em uma instituição pública, pode ser considerada um exemplo de omissão material.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>A omissão material refere-se à omissão ou exclusão de informações importantes que poderiam afetar a tomada de decisões dos usuários das demonstrações financeiras. Quando uma informação relevante é intencionalmente omitida, isso pode distorcer a percepção da realidade financeira da organização e prejudicar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a letra B, omissão material. Dessa forma, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-94 / P01_2-88 / P01_3-95	<p>A opção que apresenta um elemento essencial que deve estar presente em um relatório de auditoria é a letra A: Recomendações para ações corretivas.</p> <p>Um relatório de auditoria deve fornecer uma análise objetiva e imparcial dos resultados da auditoria e apresentar recomendações para corrigir as deficiências identificadas. Essas recomendações são direcionadas à administração da organização auditada e visam melhorar os processos, controles internos e conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.</p> <p>As opções B, C, D e E não são elementos essenciais que devem estar presentes em um relatório de auditoria. Embora possam conter informações relevantes, como dados estatísticos, detalhamento dos procedimentos técnicos, opinião técnica do auditor e informações sobre remuneração dos gestores, eles não são considerados elementos essenciais para o relatório de auditoria.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P01_1-95 / P01_2-68 / P01_3-86	<p>Conforme definido nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), os elementos básicos de um plano de auditoria interna são:</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>(D) Planejamento, execução, avaliação, conclusões, recomendações e relatório de auditoria.</p> <p>Esses elementos são fundamentais para o planejamento e execução efetiva de uma auditoria interna. O planejamento envolve a definição dos objetivos da auditoria, a identificação do escopo, a seleção de metodologias adequadas, a alocação de recursos e a elaboração do cronograma. A execução refere-se à realização das atividades de auditoria de acordo com o planejado. A avaliação envolve a análise dos resultados obtidos durante a auditoria. Com base nessa avaliação, são elaboradas as conclusões e recomendações, que são apresentadas no relatório de auditoria.</p> <p>As opções A, B, C e E não contemplam todos os elementos básicos definidos nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF).</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-97 / P01_2-39 / P01_3-90	<p>Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), o componente que não faz parte do processo de garantia e melhoria da qualidade da auditoria interna é:</p> <p>(E) Aprovação prévia da auditoria interna por um órgão regulador externo.</p> <p>Os demais componentes mencionados estão relacionados ao processo de garantia e melhoria da qualidade da auditoria interna. As revisões internas periódicas são realizadas pela própria função de auditoria interna para avaliar o cumprimento das normas e políticas internas. O monitoramento contínuo refere-se à avaliação em tempo real das atividades de auditoria interna para identificar oportunidades de melhoria. A avaliação externa da função de auditoria interna envolve a análise independente e periódica da qualidade e efetividade das atividades de auditoria interna por uma parte externa qualificada. A autoavaliação periódica da função de auditoria interna é</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>conduzida internamente para avaliar a efetividade das atividades de auditoria interna.</p> <p>A aprovação prévia da auditoria interna por um órgão regulador externo não faz parte do processo de garantia e melhoria da qualidade da auditoria interna, pois a auditoria interna geralmente é uma atividade interna à organização e não requer aprovação prévia de um órgão regulador externo.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P01_1-98 / P01_2-34 / P01_3-100	<p>O planejamento da auditoria envolve a definição da estratégia global de trabalho e o desenvolvimento de um plano de auditoria. Durante a definição da estratégia, o auditor identifica as características do trabalho, define o escopo, estabelece os objetivos do relatório e considera fatores relevantes. Além disso, o auditor determina os recursos necessários para realizar o trabalho. O plano de auditoria inclui a descrição dos procedimentos planejados para avaliar riscos, responder a riscos avaliados e outros procedimentos necessários. Também são considerados os recursos disponíveis, incluindo o orçamento e o cronograma.</p> <p>O planejamento da auditoria envolve a análise dos riscos, a definição dos procedimentos de auditoria e o estabelecimento de um cronograma. Durante a análise de riscos, o auditor identifica os principais riscos nas demonstrações financeiras da entidade. Em seguida, são definidos os procedimentos de auditoria para obter evidências suficientes e adequadas. Por fim, é estabelecido um cronograma para garantir que a auditoria seja concluída dentro do prazo planejado. Todavia, o planejamento da auditoria não apresenta recomendações de caráter conclusivo, pois deve passar por outras instâncias e análises.</p> <p>Portanto, a sequência correta é (V, V, F), o recurso deve ser deferido e a questão anulada.</p>	Deferido	Anulada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P01_1-99 / P01_2-77 / P01_3-30	<p>De acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), o elemento que não faz parte do processo de comunicação dos resultados da auditoria interna é a opção (C) Aprovação dos resultados pelos auditados.</p> <p>A aprovação dos resultados pelos auditados não é mencionada como um componente específico do processo de comunicação dos resultados da auditoria interna nas normas. No entanto, é importante ressaltar que a comunicação efetiva dos resultados da auditoria inclui a interação com os auditados para esclarecer informações e obter feedback, mas não é necessariamente um processo de aprovação formal.</p> <p>Os outros elementos mencionados nas opções (A) Relatórios de auditoria, (B) Reuniões de encerramento, (D) Compartilhamento de informações confidenciais e (E) Acompanhamento das recomendações estão relacionados ao processo de comunicação dos resultados da auditoria interna conforme estabelecido nas normas.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
--------------------------------------	--	------------	------------------

**Conhecimentos Específicos – P02 - Contador – Ensino Superior**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
P02_1-22 / P02_2-67 P02_3-76	I. O sistema de Contabilidade Federal tem como objetivo fornecer subsídios para a tomada de decisões, a transparência e o controle da gestão dos recursos públicos.	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Essa afirmação está correta porque o sistema de Contabilidade Federal é projetado para fornecer informações financeiras e contábeis precisas e confiáveis, que são essenciais para a tomada de decisões dentro do setor público. Além disso, a transparência e o controle da gestão dos recursos públicos são promovidos através do registro e divulgação adequados das informações contábeis.</p> <p>II. O campo de aplicação do sistema de Contabilidade Federal abrange todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sejam eles diretos ou indiretos.</p> <p>Essa afirmação está correta, pois o sistema de Contabilidade Federal é aplicável a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, independentemente de serem órgãos diretos (como ministérios e secretarias) ou entidades indiretas (como autarquias e fundações). Isso garante a uniformidade e a padronização das práticas contábeis em toda a Administração Pública Federal.</p>		
--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>III. O sistema de Contabilidade Federal pode ser definido como um conjunto de diretrizes, princípios, normas e procedimentos contábeis que visam padronizar e orientar a elaboração, a organização, o registro, a análise e a divulgação das informações contábeis no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.</p> <p>Essa afirmação está correta, pois o sistema de Contabilidade Federal consiste em um conjunto de diretrizes, princípios, normas e procedimentos contábeis específicos destinados a padronizar e orientar as atividades contábeis no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Essas diretrizes abrangem desde a elaboração e organização das informações contábeis até o registro, análise e divulgação adequada dessas informações.</p> <p>Portanto, todas as três afirmações estão corretas, pois refletem corretamente o objetivo, o escopo e a definição do sistema de</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Contabilidade Federal no contexto da Administração Pública Federal.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
<p>P02_1-26 / P02_2-43</p> <p>P02_3-55</p>	<p>Para determinar o resultado patrimonial do exercício atual, precisamos calcular a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.</p> <p>Receita arrecadada: R\$ 800.000,00</p> <p>Despesas liquidadas: R\$ 600.000,00</p> <p>Resultado Patrimonial = Receita Arrecadada - Despesas Liquidadas</p> <p>Resultado Patrimonial = R\$ 800.000,00 - R\$ 600.000,00</p> <p>Resultado Patrimonial = R\$ 200.000,00</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Portanto, com base nas informações fornecidas, o resultado patrimonial do exercício atual é de um superávit de R\$ 200.000,00.</p> <p>A resposta correta é a alternativa (C) Superávit de R\$ 200.000,00.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-27 / P02_2-45 P02_3-27	<p>O lançamento contábil correto para registrar a transferência voluntária recebida pela entidade governamental depende da natureza dessa transferência e de como ela deve ser classificada contabilmente.</p> <p>No entanto, com base nas opções fornecidas na questão, o lançamento contábil mais adequado seria:</p> <p>(A) Débito em "Transferências Voluntárias" e crédito em "Receitas"</p>	Deferido	Letra A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Isso ocorre porque a transferência voluntária é uma receita para a entidade governamental, e ela deve ser registrada no lado do crédito da conta "Receitas" para refletir o aumento nos recursos financeiros da entidade. No lado do débito, a conta "Transferências Voluntárias" é utilizada para registrar a origem desses recursos.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser deferido e o gabarito alterado para letra A.</p>		
P02_1-30 / P02_2-61 P02_3-89	<p>As sentenças devem ser julgadas da seguinte forma:</p> <p>(_) O regime contábil é baseado no princípio da competência, que determina que as receitas e despesas devem ser registradas no momento em que são realizadas, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Essa sentença é verdadeira. No regime contábil, o princípio da competência estabelece que as receitas e despesas devem ser registradas no momento em que são realizadas, independentemente de quando ocorre o pagamento ou recebimento desses valores. Isso significa que as transações devem ser reconhecidas contabilmente no momento em que ocorrem, para que os resultados financeiros sejam adequadamente representados e as informações contábeis sejam úteis para a tomada de decisões.</p> <p>( ) O regime orçamentário e o regime contábil são duas abordagens idênticas utilizadas na gestão financeira de entidades públicas.</p> <p>Essa sentença é falsa. O regime orçamentário e o regime contábil são abordagens diferentes na gestão financeira de entidades públicas. O regime orçamentário é baseado no orçamento público, que é o instrumento de planejamento que estima as receitas e despesas para um determinado período. Já o regime contábil, é baseado nos princípios</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>contábeis, que estabelecem os critérios e métodos para o registro, mensuração e apresentação das transações financeiras. Embora ambos sejam importantes na gestão financeira, eles possuem objetivos e características distintas.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) No regime orçamentário, as receitas e despesas são estimadas e projetadas com base nas previsões orçamentárias, enquanto no regime contábil elas são registradas com base em seu valor real, de acordo com os princípios contábeis.</p> <p>Essa sentença é verdadeira. No regime orçamentário, as receitas e despesas são estimadas e projetadas com base nas previsões orçamentárias, ou seja, são planejadas antecipadamente. Já no regime contábil, as receitas e despesas são registradas com base em seu valor real, de acordo com os princípios contábeis. Isso significa que, no regime contábil, as transações são registradas com base em evidências e com o objetivo de refletir a realidade financeira da entidade.</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>A sequência correta é: V - F - V.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-32 / P02_2-90 P02_3-66	<p>O método de mensuração de ativos adequado para registrar o terreno nas demonstrações contábeis do município, considerando a situação apresentada na questão, seria o seguinte:</p> <p>(B) Valor Justo</p> <p>O valor justo é um método de mensuração de ativos que busca refletir o valor de mercado atual do ativo. Nesse caso, uma avaliação de mercado indicou que o terreno possui um valor de R\$ 800.000,00, o que representa o valor justo do terreno atualmente. Portanto, para apresentar uma informação contábil relevante e confiável, o município deve adotar o valor justo como método de</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>mensuração para registrar o terreno nas demonstrações contábeis.</p> <p>Assim, a resposta correta é a alternativa (B) Valor Justo.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-33 / P02_2-87 P02_3-61	<p>Para determinar o valor contábil líquido do veículo no balanço patrimonial do município, é necessário calcular a depreciação acumulada até o momento atual. Nesse caso, o veículo já está em uso há 3 anos, com uma vida útil estimada de 8 anos.</p> <p>Para utilizar o método de depreciação linear, devemos calcular a taxa anual de depreciação. A fórmula para o cálculo da taxa anual de depreciação é:</p> <p>Taxa Anual de Depreciação = (Custo do Ativo - Valor Residual) / Vida Útil</p>	Deferido	Letra D

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>O valor residual é o valor estimado do veículo ao final de sua vida útil. Neste caso, vamos considerar que o valor residual seja zero, o que significa que o veículo não terá valor ao final de sua vida útil.</p> <p>Taxa Anual de Depreciação = <math>(R\\$ 80.000,00 - R\\$ 0,00) / 8</math></p> <p>Taxa Anual de Depreciação = R\$ 10.000,00</p> <p>Agora podemos calcular a depreciação acumulada até o momento atual, multiplicando a taxa anual de depreciação pelo número de anos em uso:</p> <p>Depreciação Acumulada = Taxa Anual de Depreciação x Número de Anos em Uso</p> <p>Depreciação Acumulada = R\$ 10.000,00 x 3</p>		
--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Depreciação Acumulada = R\$ 30.000,00</p> <p>O valor contábil líquido do veículo é calculado subtraindo a depreciação acumulada do custo do ativo:</p> <p>Valor Contábil Líquido = Custo do Ativo - Depreciação Acumulada</p> <p>Valor Contábil Líquido = R\$ 80.000,00 - R\$ 30.000,00</p> <p>Valor Contábil Líquido = R\$ 50.000,00</p> <p>Portanto, o valor contábil líquido do veículo no balanço patrimonial do município é de R\$ 50.000,00.</p> <p>A resposta correta é a alternativa (D) R\$ 50.000,00.</p>		
--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Portanto, o recurso deve ser deferido para alterar o gabarito para letra D.</p>		
<p>P02_1-39 / P02_2-60  P02_3-99</p>	<p>A alternativa correta é a que indica que “o passivo contingente está relacionado a uma disputa legal em andamento, mas a probabilidade de perda é remota”.</p> <p>Os passivos contingentes são prováveis acontecimentos que, na hipótese de sua ocorrência, importarão em obrigação financeira para o ente, como se dá com ações judiciais pendentes de julgamento, cujo tema envolve, por exemplo, a inconstitucionalidade de um tributo, o reajuste de uma categoria de servidores ou situações semelhantes. São riscos fiscais quaisquer fatores que possam, de alguma forma, comprometer as receitas ou as despesas, aí incluídas as restrições econômicas oriundas de crises financeiras, cambiais ou o aumento abrupto de despesas (LEITE, 2020, p. 213).</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Portanto, o recurso deve ser indeferido.		
P02_1-45 / P02_2-44 P02_3-58	<p>Para calcular os valores solicitados, considerando os dados fornecidos, temos:</p> <p>Custo variável total para o período:</p> <p>O custo variável total é calculado multiplicando o custo variável unitário pelo volume de produção.</p> <p>Custo variável total = Custo variável unitário * Volume de produção</p> <p>Custo variável total = R\$ 10 * 5.000</p> <p>Custo variável total = R\$ 50.000</p> <p>Custo médio unitário para o período:</p> <p>O custo médio unitário é calculado dividindo o custo total (soma dos custos fixos e variáveis) pelo volume de produção.</p>	Deferido	Anulada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Custo médio unitário = (Custo fixo total + Custo variável total) / Volume de produção</p> <p>Custo médio unitário = (R\$ 100.000 + R\$ 50.000) / 5.000</p> <p>Custo médio unitário = R\$ 150.000 / 5.000</p> <p>Custo médio unitário = R\$ 30</p> <p>Custo total para o período:</p> <p>O custo total é a soma dos custos fixos e variáveis.</p> <p>Custo total = Custo fixo total + Custo variável total</p> <p>Custo total = R\$ 100.000 + R\$ 50.000</p> <p>Custo total = R\$ 150.000</p> <p>Portanto, o recurso deve ser deferido, pois não há alternativa correta e a questão deverá ser anulada.</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P02_1-47 / P02_2-41  P02_3-47	<p>A alternativa INCORRETA é a (C) O código de conta contábil é utilizado apenas em empresas e entidades de natureza pública.</p> <p>Essa afirmação é incorreta porque o código de conta contábil não é exclusivo apenas para empresas e entidades de natureza pública. Na verdade, o código de conta contábil é amplamente utilizado em diversos tipos de organizações, incluindo empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e entidades governamentais.</p> <p>O código de conta contábil é uma ferramenta fundamental na contabilidade que permite a classificação e organização das transações financeiras. Ele é composto por uma sequência numérica hierárquica, onde cada parte representa uma informação específica, contribuindo para a classificação precisa das transações. O uso adequado do código de conta contábil facilita a geração de relatórios financeiros, análises contábeis e o cumprimento das obrigações legais e fiscais. Além disso, a estrutura do código de conta contábil pode variar de acordo com a natureza da entidade e suas necessidades</p>	Indeferido	Gabarito mantido
-------------------------------------	---	------------	------------------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>específicas, permitindo uma adaptação às particularidades de cada organização.</p> <p>Portanto, a resposta correta é a alternativa (C) O código de conta contábil é utilizado apenas em empresas e entidades de natureza pública.</p>		
<p>P02_1-48 / P02_2-88</p> <p>P02_3-33</p>	<p>A sequência correta é a alternativa (C) V, V, V.</p> <p>Vamos analisar cada sentença:</p> <p>( ) A informação contábil deve ser capaz de influenciar as decisões dos usuários, fornecendo-lhes dados significativos e oportunos para a análise e a compreensão da situação financeira e patrimonial.</p> <p>Verdadeiro. A informação contábil tem como objetivo fornecer dados relevantes e oportunidades para que os usuários possam tomar decisões informadas em relação à situação financeira e patrimonial da</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>entidade. A informação contábil deve ser útil, relevante e compreensível para os usuários.</p> <p>(_) A informação contábil deve permitir a comparação de dados ao longo do tempo (temporal) e entre diferentes entidades (interorganizacional).</p> <p>Verdadeiro. A comparabilidade é uma característica importante da informação contábil. Ela deve ser apresentada de forma consistente ao longo do tempo, permitindo que os usuários identifiquem e analisem mudanças e tendências. Além disso, a informação contábil também deve ser comparável entre diferentes entidades, facilitando análises comparativas.</p> <p>(_) A confiabilidade da informação contábil é essencial para que os usuários possam confiar nas demonstrações e nos relatórios contábeis.</p> <p>Verdadeiro. A confiabilidade é uma característica fundamental da informação</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>contábil. Os usuários devem poder confiar nas demonstrações e relatórios contábeis para tomar decisões adequadas. A informação contábil precisa ser precisa, objetiva, imparcial e verificável.</p> <p>Portanto, a sequência correta é a alternativa (C) V, V, V.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-49 / P02_2-75 P02_3-31	<p>A alternativa correta é a que indica os itens “I e III” como corretas.</p> <p>Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas (artigo 102). No artigo 103, preconiza que o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.</p> <p>O item I menciona que “o balanço financeiro é composto por duas partes</p> <p>principais: a receita financeira e a despesa financeira”. Ou seja, a chave para a resolução da questão reside na palavra “principais”. De fato, o balanço financeiro também é composto pelos recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Contudo, o item limita a questão para as duas principais seções do balanço financeiro: a receita e a despesa financeira, o que torna o item perfeitamente correto.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P02_1-52 / P02_2-74  P02_3-23	<p>Considerando que a tabela presente na questão está desconfigurada o que alterou o valor presente na quarta colina, quarta linha, a questão será anulada.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser deferido.</p>	Deferido	Anulada
P02_1-54 / P02_2-85  P02_3-80	<p>Para determinar o valor total das transferências a serem consolidadas nas demonstrações financeiras da prefeitura, é necessário somar as transferências realizadas por cada uma das entidades controladas. Com base nas informações fornecidas, podemos fazer os seguintes cálculos:</p> <p>Transferências realizadas pela Entidade A: R\$ 500.000</p> <p>Transferências realizadas pela Entidade B: R\$ 300.000</p> <p>Transferências realizadas pela Entidade C: R\$ 400.000</p>	Deferido	Letra E

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Agora, somamos esses valores para obter o valor total das transferências:</p> <p>Valor total das transferências = Transferências Entidade A + Transferências Entidade B + Transferências Entidade C</p> <p>Valor total das transferências = R\$ 500.000 + R\$ 300.000 + R\$ 400.000</p> <p>Valor total das transferências = R\$ 1.200.000</p> <p>Portanto, o valor total das transferências a serem consolidadas nas demonstrações financeiras da prefeitura é de R\$ 1.200.000.</p> <p>A resposta correta é a alternativa (E) R\$ 1.200.000.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser deferido para alterar o gabarito para letra E.</p>		
--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P02_1-55 / P02_2-29 P02_3-83	<p>A atividade realizada na etapa de acompanhamento e avaliação do orçamento é:</p> <p>(D) Realização de ajustes quando necessário.</p> <p>Durante a etapa de acompanhamento e avaliação do orçamento, é fundamental monitorar o desempenho das receitas e despesas, comparando-os com o planejado. Caso sejam identificadas variações significativas entre o que foi planejado e o que está sendo executado, é necessário realizar ajustes para corrigir eventuais desvios e garantir o cumprimento das metas estabelecidas.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P02_1-58 / P02_2-89 P02_3-71	O ciclo orçamentário é um processo fundamental na gestão das finanças públicas municipais. Ele envolve diversas etapas que permitem o planejamento, a execução e o	Deferido	Letra A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>controle do orçamento público. Vamos analisar as alternativas:</p> <p>(A) O ciclo orçamentário é composto por quatro fases: elaboração, aprovação, execução e controle.</p> <p>Essa alternativa descreve corretamente as quatro fases do ciclo orçamentário, que são amplamente reconhecidas e aplicadas na gestão pública.</p> <p>(B) O ciclo orçamentário é um processo contínuo, composto por três fases: elaboração, execução e controle.</p> <p>Essa alternativa não está correta, pois não menciona a fase de aprovação, que é uma etapa importante no processo orçamentário.</p> <p>(C) O ciclo orçamentário é dividido em cinco fases: planejamento, elaboração, aprovação, execução e avaliação.</p>		
--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Essa alternativa menciona cinco fases, incluindo o planejamento e a avaliação, que são etapas relevantes, mas não são universalmente reconhecidas como parte do ciclo orçamentário básico.</p> <p>(D) O ciclo orçamentário é uma atividade única, compreendendo a elaboração do orçamento e sua execução.</p> <p>Essa alternativa não está correta, pois o ciclo orçamentário é composto por várias fases que vão além da elaboração e execução do orçamento.</p> <p>(E) O ciclo orçamentário é uma etapa exclusiva do setor público federal, não sendo aplicável a outros entes e esferas governamentais.</p> <p>Essa alternativa também está incorreta. O ciclo orçamentário é aplicável em todos os níveis do governo, incluindo o federal, estadual e municipal.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é:</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>(A) O ciclo orçamentário é composto por quatro fases: elaboração, aprovação, execução e controle.</p> <p>Dito isso, o recurso deve ser deferido para alterar o gabarito para letra A.</p>		
P02_1-61 / P02_2-82 P02_3-77	<p>A alternativa correta é a (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento legal que estabelece as diretrizes e prioridades para a elaboração do Orçamento Anual, sendo aprovada pelo Poder Legislativo em conjunto com a Lei Orçamentária Anual (LOA).</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento legal fundamental no processo orçamentário. Suas principais funções são estabelecer as diretrizes, prioridades e normas para a elaboração e execução do Orçamento Anual. A LDO define os parâmetros e limites para a elaboração do Orçamento, orientando a alocação de</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>recursos públicos de acordo com as políticas e metas estabelecidas.</p> <p>A LDO é aprovada pelo Poder Legislativo, geralmente antes do início do exercício financeiro a que se refere. Ela é aprovada em conjunto com a Lei Orçamentária Anual (LOA), que detalha a alocação dos recursos e autoriza as despesas para o exercício seguinte.</p> <p>Portanto, a resposta correta é a alternativa (A) A LDO é um instrumento legal que estabelece as diretrizes e prioridades para a elaboração do Orçamento Anual, sendo aprovada pelo Poder Legislativo em conjunto com a Lei Orçamentária Anual (LOA).</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-64 / P02_2-65 P02_3-28	I. Os créditos ordinários e adicionais são instrumentos utilizados no orçamento público para realizar modificações nas dotações previstas.	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Essa proposição está correta. Os créditos ordinários e adicionais são instrumentos utilizados para realizar modificações nas dotações previstas no orçamento público. Os créditos ordinários referem-se a remanejamentos de recursos dentro das mesmas categorias econômicas (por exemplo, remanejar recursos de uma despesa de pessoal para outra despesa de pessoal). Já os créditos adicionais referem-se a acréscimos nas dotações, seja por necessidades imprevistas, seja por inclusão de novos projetos ou programas.</p> <p>II. Os créditos ordinários são recursos suplementares autorizados após a aprovação do orçamento, destinados a atender necessidades urgentes e imprevisíveis ou a financiar novos projetos e programas.</p> <p>Essa proposição está incorreta. Os créditos ordinários não são recursos suplementares autorizados após a aprovação do orçamento. Na verdade, os créditos ordinários são utilizados para atender às despesas correntes previstas no orçamento, como</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>folha de pagamento, custeio administrativo e manutenção de serviços já existentes. Eles não são destinados a atender necessidades urgentes e imprevisíveis ou financiar novos projetos e programas.</p> <p>III. Os créditos adicionais referem-se às dotações orçamentárias aprovadas na lei de orçamento anual, que são destinadas à execução das atividades rotineiras do governo.</p> <p>Essa proposição está incorreta. Os créditos adicionais não se referem às dotações orçamentárias aprovadas na lei de orçamento anual. Na verdade, os créditos adicionais são autorizações legislativas para a abertura de novas dotações orçamentárias ou para o reforço de dotações existentes, visando a inclusão de novas despesas ou o aumento de despesas já previstas no orçamento.</p> <p>Portanto, a resposta correta é a alternativa (C) apenas I.</p>		
--	---	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Com isso, o recurso deve ser indeferido.		
P02_1-65 / P02_2-66 P02_3-22	<p>Para calcular o resultado primário do município, é necessário subtrair as despesas correntes das receitas correntes. Vamos realizar o cálculo:</p> <p>Resultado Primário antes do financiamento:</p> <p>Receitas Correntes - Despesas Correntes = R\$ 20.000.000,00 - R\$ 15.000.000,00 = R\$ 5.000.000,00</p> <p>Agora, considerando o financiamento de longo prazo de R\$ 2.000.000,00 para investimentos em infraestrutura, precisamos ajustar o cálculo do resultado primário:</p> <p>Resultado Primário depois do financiamento:</p> <p>(Resultado Primário antes do financiamento) + (Receitas de Capital - Despesas de Capital) - (Financiamento de longo prazo) = R\$</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>5.000.000,00 + (R\$ 5.000.000,00 - R\$ 8.000.000,00) - R\$ 2.000.000,00 = R\$ 5.000.000,00 + (R\$ -3.000.000,00) - R\$ 2.000.000,00 = R\$ 4.000.000,00</p> <p>Portanto, a alternativa correta é:</p> <p>(E) R\$ 3.000.000,00 antes e R\$ 4.000.000,00 depois.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-70 / P02_2-56 P02_3-40	A presença de um erro de digitação no enunciado da questão não inviabiliza a resposta. Portanto, o recurso foi indeferido.	Indeferido	Gabarito mantido
P02_1-72 / P02_2-40 P02_3-78	A alternativa correta é a opção (C) "o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos as parcelas entregues aos Municípios por determinação	Deferido	Letra C

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>constitucional, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social." Esta alternativa corresponde à definição correta da receita corrente líquida no caso dos Estados, de acordo com o inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).</p> <p>Com isso, o recurso deve ser deferido para alterar o gabarito para letra C.</p>		
P02_1-75 / P02_2-51 P02_3-68	<p>Na “prova 3”, a letra “B” fala em “aquisição de móveis” e a letra E fala em “aquisição de imóveis”. Logo, não são alternativas idênticas.</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P02_1-77 / P02_2-36 P02_3-96	<p>A alternativa correta é a opção (D) "até o término do ano letivo em que completarem 6 (seis) anos de idade".</p> <p>De acordo com a Lei nº 14.133/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), o direito à educação infantil é garantido até o ano letivo em que a criança completar 6 anos de idade (Art. 6, § 2º).</p> <p>Portanto, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P02_1-78 / P02_2-26 P02_3-88	<p>A alternativa correta é a opção (B) "a autonomia, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais de trabalho e a livre iniciativa".</p> <p>Estes são os fundamentos do Município de Rio Branco, de acordo com a Constituição Federal e os princípios estabelecidos para a organização dos municípios. A alternativa (E)</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>por sua vez não está completa, portanto, está incorreta.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
<p>P02_1-79 / P02_2-57</p> <p>P02_3-79</p>	<p>A alternativa falsa é a opção (C) "É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos, exceto se houver compatibilidade de horário e a acumulação estiver prevista na Lei Orgânica Municipal."</p> <p>Na realidade, a acumulação remunerada de dois cargos públicos é permitida em casos específicos, desde que atendam a determinadas condições. Dentre essas condições, a compatibilidade de horário é um requisito importante. No entanto, a permissão para acumulação remunerada de cargos públicos não é condicionada à previsão na Lei Orgânica Municipal. A acumulação é regulamentada pela Constituição Federal e por leis específicas, como a Lei nº 8.112/1990, que estabelecem</p>	<p>Deferido</p>	<p>Letra C</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>as regras gerais para a acumulação de cargos no serviço público.</p> <p>Portanto, a afirmativa falsa é a opção (C).</p> <p>Com isso, o recurso deve ser <b>deferido</b>.</p>		
P02_1-81 / P02_2-54 P02_3-62	<p>Baseado nos princípios constitucionais e nas regras gerais de acesso aos cargos públicos no Brasil, a alternativa correta é a opção (B): "ter sido previamente habilitado em concurso público".</p> <p>Esse requisito não é aplicável a todos os cargos públicos municipais, uma vez que há algumas exceções previstas em lei, como nomeações para cargos em comissão ou funções de confiança. Os demais requisitos listados (quitação com as obrigações militares e eleitorais, boa conduta, idade mínima de 18 anos e aptidão física e mental comprovada em perícia médica oficial) são requisitos básicos para a investidura em cargos públicos municipais.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Com isso, o recurso deve ser indeferido.		
P02_1-82 / P02_2-78 P02_3-43	<p>De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco (Lei nº 1794/2009):</p> <p>Art. 23. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:</p> <p>I - Assiduidade:</p> <p>II - Disciplina:</p> <p>III - Capacidade de iniciativa:</p> <p>IV - Produtividade:</p> <p>V - Responsabilidade:</p> <p>VI - Conduta incompatível com o exercício da função pública.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Portanto, a letra A é a correta.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
<p>P02_1-85 / P02_2-71</p> <p>P02_3-51</p>	<p>A alternativa correta é a opção (E) "o pedido de adesão do ente ao Regime de Recuperação Fiscal não extingue o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal em vigor".</p> <p>Essa afirmação está incorreta, pois o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal implica na extinção do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal em vigor. O Regime de Recuperação Fiscal é um programa específico destinado a entes federativos em situação de crise fiscal, e sua adesão implica a substituição do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P02_1-89 / P02_2-48P02_3-95	<p>Durante a execução orçamentária e financeira de um município, todas as atividades realizadas no município são monitoradas, não havendo exceções.</p> <p>Fonte: <a href="https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/consultas/execucao-orcamentaria-e-financeira">https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/consultas/execucao-orcamentaria-e-financeira</a></p> <p>Portanto, a alternativa correta é a letra A.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P02_1-90 / P02_2-52 P02_3-32	A alternativa correta é a opção (D) "O RPPS é tratado como um passivo financeiro nas demonstrações contábeis, com destaque para as obrigações de pagamento de benefícios previdenciários."	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Na contabilidade pública, o RPPS é tratado como um passivo financeiro nas demonstrações contábeis dos entes públicos. Ele representa as obrigações de pagamento de benefícios previdenciários aos servidores públicos. Portanto, é registrado como um passivo nas demonstrações contábeis, uma vez que representa a obrigação financeira a ser cumprida pelo ente público.</p> <p>A opção (C) está incorreta ao afirmar que o RPPS é um ativo financeiro. Na verdade, o RPPS é uma obrigação financeira, ou seja, um passivo, e não um ativo financeiro. Ele representa a responsabilidade do ente público em pagar os benefícios previdenciários aos servidores.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-91 / P02_2-98 P02_3-50	A alternativa correta é a opção (D) "O princípio da transparência determina que as informações contábeis devem ser divulgadas de forma clara, objetiva e completa,	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>garantindo a compreensão por parte dos usuários das demonstrações contábeis."</p> <p>O princípio da transparência é um dos princípios contábeis que devem ser observados no processo de elaboração do Balanço Patrimonial dos entes públicos. Ele determina que as informações contábeis devem ser apresentadas de maneira clara, objetiva e completa, de forma a permitir que os usuários das demonstrações contábeis compreendam adequadamente a situação patrimonial e financeira do ente público.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-92 / P02_2-100 P02_3-90	<p>A afirmação I está correta, pois a receita pública é o conjunto de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, provenientes de diversas fontes de arrecadação.</p> <p>A afirmação II está correta, pois as receitas provenientes de aluguéis, venda de bens públicos, receitas patrimoniais e multas são</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>exemplos de receitas não tributáveis, ou seja, não decorrem de tributos.</p> <p>A afirmação III está incorreta, pois a arrecadação da receita pública deve estar respaldada por legislação específica e deve seguir os princípios da objetividade, transparência e eficiência.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-96 / P02_2-58 P02_3-44	<p>O valor do superávit financeiro do município é calculado subtraindo as receitas vinculadas do total das receitas próprias arrecadadas.</p> <p>No caso apresentado, o município arrecadou R\$ 500.000,00 em receitas próprias, sendo que R\$ 100.000,00 são referentes a receitas vinculadas. Para calcular o superávit financeiro, subtraímos R\$ 100.000,00 das receitas próprias:</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Superávit financeiro = Receitas próprias - Receitas vinculadas</p> <p>Superávit financeiro = R\$ 500.000,00 - R\$ 100.000,00</p> <p>Superávit financeiro = R\$ 400.000,00</p> <p>Portanto, o valor do superávit financeiro desse município é de R\$ 400.000,00. A alternativa correta é a opção (B) R\$ 400.000,00.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-98 / P02_2-64 P02_3-38	<p>A transferência voluntária de um convênio no valor de R\$ 500.000,00 para a execução de um projeto específico é classificada como uma receita de natureza (B) Receita de Capital.</p> <p>As receitas de capital estão relacionadas a ingressos de recursos que promovem aumento do patrimônio público, seja por meio de investimentos, aquisições de bens de</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>capital ou recebimento de transferências destinadas a projetos específicos. Nesse caso, a transferência voluntária de um convênio para a execução de um projeto se enquadra nessa classificação.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a opção (B) Receita de Capital.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
P02_1-99 / P02_2-63 P02_3-92	<p>A ação de pagar um fornecedor no valor de R\$ 20.000,00 com recursos provenientes de uma despesa inscrita em restos a pagar afeta a conta (D) Ativo Financeiro Disponível.</p> <p>Quando uma prefeitura realiza o pagamento de um fornecedor utilizando recursos de uma despesa inscrita em restos a pagar, ocorre uma diminuição no Ativo Financeiro Disponível. Os restos a pagar representam despesas empenhadas e não pagas no exercício em que foram contratadas, sendo uma forma de registro contábil para</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>demonstrar obrigações financeiras a serem cumpridas no futuro.</p> <p>Portanto, a ação descrita afeta a conta (D) Ativo Financeiro Disponível.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
<p>P02_1-100 / P02_2-86</p> <p>P02_3-93</p>	<p>Vamos analisar as proposições:</p> <p>(<input type="checkbox"/>) A dívida ativa engloba débitos de natureza tributária, como impostos, taxas e contribuições, bem como débitos de natureza não tributária, provenientes de multas, aluguéis, ressarcimentos, entre outros. (VERDADEIRO)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) A dívida ativa é atualizada monetariamente e pode sofrer acréscimos de juros, multas e encargos legais, de acordo com a saúde financeira do ente público. (FALSO)</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>( ) A inscrição em dívida ativa ocorre após o esgotamento de todas as medidas judiciais cabíveis. (FALSO)</p> <p>Porque: a dívida ativa é atualizada monetariamente e pode sofrer acréscimos de juros, multas e encargos legais, independentemente da saúde financeira do ente público. Além disso, a inscrição em dívida ativa ocorre após o esgotamento dos procedimentos administrativos de cobrança, não necessariamente das medidas judiciais cabíveis.</p> <p>Com isso, o recurso deve ser indeferido.</p>		
--	---	--	--

**Conhecimentos Específicos – P03 Procurador Municipal – Ensino Superior**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
---------	---------------	------------------------------------	-------------------------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_1-23 / P03_2-71 / P03_3-23	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>Art. 49-B. Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, os interessados de que trata o art. 9º desta Lei. Conforme art. 9º, inc. III, da Lei 9784/99</b></p> <p><b>Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo:</b>  <b>III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-24 / P03_2-57 / P03_3-30	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, <u>salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação, é o que diz o artigo 3º, §1º.</u></b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-25 / P03_2-21 / P03_3-83	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por anular a questão.</p> <p><b>Questão com 2 respostas corretas, A e E.</b></p> <p>Diante do exposto, defere-se o presente recurso.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-27 / P03_2-44 / P03_3-56	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p><b>Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade se comprovada má-fé, é o que diz o art. 23-B, §2º, da Lei.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
P03_1-28 / P03_2-55 / P03_3-94	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>Simples erro material, não interfere no fundamento da questão.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-29 / P03_2-53 / P03_3-67	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>Não há problema algum com a resposta, reprodução do art. 6º, §3º, da Lei 8987/95.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-30 / P03_2-78 / P03_3-80	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>Há um simples erro material no enunciado que não interfere no pedido da questão e a única resposta possível é a letra C.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-32 / P03_2-63 / P03_3-44	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p><b>Há um simples erro material na resposta que não irá influenciar na resposta, portanto a letra D é a resposta correta.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
P03_1-34 / P03_2-45 / P03_3-59	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por anular a questão.</p> <p><b>Questão com 2 respostas corretas, C e D.</b></p> <p>Diante do exposto, defere-se o presente recurso.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-36 / P03_2-23 / P03_3-26	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>Em conformidade com o disposto no art. 41, I, onde fala que o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-37 / P03_2-43 / P03_3-73	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por anular a questão.</p> <p><b>Questão com 2 respostas corretas, D e E.</b></p> <p>Diante do exposto, defere-se o presente recurso.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-38 / P03_2-86 / P03_3-33	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>Há um simples erro material no enunciado que não interfere no pedido da questão e a única resposta possível é a letra A.</b></p> <p><b>Além do mais, o conteúdo cobrado está dentro da matéria de Direito Ambiental.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_1-41 / P03_2-31 / P03_3-91	Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.  <b>O art. 401, I, do Código Civil, menciona “oferta” e não “fato” como apontado pelo candidato.</b> Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-42 / P03_2-62 / P03_3-79	Após análise da questão, esta Banca entendeu por anular a questão. <b>Questão com 2 respostas corretas, C e E.</b> Diante do exposto, defere-se o presente recurso.	Deferido	Anulada
P03_1-43 / P03_2-80 / P03_3-90	Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.  <b>Há um simples erro material na resposta que não irá influenciar na resposta, portanto a letra B é a resposta correta.</b>  Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-47 / P03_2-36 / P03_3-50	Após análise da questão, esta Banca entendeu por alterar o gabarito preliminar. <b>§3º do art. 10 da Lei n. 9.868/1999</b> Alternativa que atende ao enunciado da questão é a letra D. Diante do exposto, defere-se o presente recurso.	Deferido	Letra D
P03_1-48 / P03_2-67 / P03_3-47	Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.  <b>Antes de submeter ao Congresso para aprovação, necessita da aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito. (art. 18, §3º, CF/88)</b>  Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_1-49 / P03_2-97 / P03_3-43	<p>Após análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial.</p> <p><b>O que torna a alternativa A errada é o previsto no art. 40, §1º, inc. II, da CF: compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.</b></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-52 / P03_2-58 / P03_3-24	<p>Visto a não recepção do previsto pelo Art. 23. §5º da Lei nº1.079, que respalda a alternativa “E”, pela Constituição Federal de 1988, ocorrerá duplicidade de alternativas que atendem ao comando da questão.</p> <p>Pelo exposto, decide-se pelo deferimento e anulação da questão.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-55 / P03_2-70 / P03_3-29	<p>A alternativa “D” da questão está em desacordo com o previsto pelo art. 3º da Lei nº 12.016 de 2009, que disciplina o mandado de segurança, nos seguintes termos:</p> <p>“Art. 3º O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.”</p> <p>O fato de não citar a especificidade proposta ao final do texto do referido artigo, na alternativa, não a torna correta, visto a possibilidade expressa pela Lei. Ressaltando que não há, no enunciado ou na alternativa, que exclua a necessidade descrita pelo artigo.</p> <p>Visto o exposto, prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-56 / P03_2-69 / P03_3-66	<p>Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal, considerando inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental, conforme:</p>	Deferido	Anulada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>“STF. Plenário. ADI 4296/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes julgado em 9/6/2021 (Info 1021).”</p> <p>Fazendo, assim, com que mais de uma alternativa atenda ao comando da questão. Prezando pela lisura do certame, DEFIRO o recurso pela anulação.</p>		
P03_1-57 / P03_2-51 / P03_3-35	<p>Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal, considerando inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental, conforme:</p> <p>“STF. Plenário. ADI 4296/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes julgado em 9/6/2021 (Info 1021).”</p> <p>Fazendo, assim, com que mais de uma alternativa atenda ao comando da questão. Prezando pela lisura do certame, DEFIRO o recurso pela anulação.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-59 / P03_2-82 / P03_3-89	<p>A questão alvo do recurso foi elaborada em conformidade com o conteúdo programático “Crimes contra a administração pública”. Saliento ainda que a banca examinadora pode exigir conhecimento superveniente à publicação do edital, desde que vinculada às matérias nele previstas, senão vejamos:</p> <p>“Precedentes: AgRg no RMS 21654/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 14/03/2012; RMS 33191/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011; AgRg no RMS 22730/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010; RMS 21743/ES, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 05/11/2007. (VIDE INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA N. 357)”. Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_1-61 / P03_2-24 / P03_3-45	<p>A palavra “a despeito” locução conjuntiva expressa uma ideia contrária ou oposta ao que ocorre <u>anteriormente</u>, mas que não impede sua realização. Observado que não há presente no enunciado ou em suas alternativas que apresentem outro sentido, senão o expressamente solicitado pelo enunciado, qual seja a indicação da alternativa correta.</p> <p>Saliento ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-62 / P03_2-100 / P03_3-54	<p>Ressalto que a alternativa, alvo do recurso, em seu enunciado solicita expressamente a indicação da alternativa INCORRETA e apresentada como tal, pelo gabarito preliminar, a alternativa: “(D) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor”, atendendo perfeitamente ao enunciado, senão vejamos o disposto pelo Art. 46 do Código de Processo Civil:</p> <p>“Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de DOMICÍLIO do RÉU”.</p> <p>Pelo exposto, prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-64 / P03_2-83 / P03_3-100	<p>A questão alvo do recurso pede a indicação das proposições corretas e é, em realidade, indicado pelo gabarito preliminar como alternativa que atende ao comando da questão a “D) II - O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico;</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>III - O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte;”.</p> <p>Em conformidade com o Código de Processo Civil em seus artigos nº 140 e 143, II. As demais proposições estão em desacordo com o previsto pelos artigos nº 149, VI e 145, §1 do mesmo código.</p> <p>Prezando pela lisura, INDEFIRO o recurso.</p>		
P03_1-65 / P03_2-40 / P03_3-48	<p>Não sendo citadas as exceções ou proposto situação pelo enunciado que se adeque a tais exceções ou menção quanto as regras do processo do trabalho, para fins de correção, será adotado a regra geral disposta pelo Código de Processo Civil.</p> <p>Saliento ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-66 / P03_2-99 / P03_3-75	<p>A questão alvo do recurso pede a indicação da opção correta e é indicado pelo gabarito preliminar a alternativa “C) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.”, o que está em total conformidade com o previsto pelo Art. 326 do Código de Processo Civil, vejamos:</p> <p>“Art. 326. É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.”</p> <p>Saliento ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.		
P03_1-67 / P03_2-42 / P03_3-78	<p>Visto o disposto pela alternativa indicada pelo gabarito preliminar como correta, qual seja a alternativa “A critério do juiz, finalizada a instrução, dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos.”, fica evidente o sentido diverso do disposto pelo artigo 364 do Código de Processo Civil, vejamos:</p> <p>“364. Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.”</p> <p>Definindo que o juiz “dará a palavra” e não ficando a seu critério conforme propõe a alternativa.</p> <p>Prezando pela lisura do certame, DEFIRO o recurso pela anulação.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-68 / P03_2-50 / P03_3-42	<p>Visto o disposto pelo Art. 391 do CPC, que diz:</p> <p>“Art. 391. A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.” a alternativa “B) a confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.” atenderá ao comando da questão, de igual maneira a indicada pelo gabarito preliminar, qual seja a alternativa “C”, portanto, presentes duas alternativas que atendem ao solicitado pelo enunciado.</p> <p>Visto o exposto, prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-71 / P03_2-54 / P03_3-70	<p>Para fins de correção, da questão alvo do recurso, é considerado a literalidade do artigo nº 486 do Código de Processo Civil que diz:</p> <p>“Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.”</p> <p>Observado que não há apontamentos quanto as excepcionalidades previstas por lei. Reforçando que, segundo a jurisprudência do Supremo</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
P03_1-72 / P03_2-48 / P03_3-51	<p>A questão alvo do recurso pede a indicação da alternativa incorreta e é proposto pelo gabarito preliminar “C) Publicada a sentença, o juiz <u>só poderá</u> alterá-la por meio de embargos de declaração.”, portanto, correta a indicação do gabarito, pois, a luz do disposto pelo Art. 494 do CPC, é percebido mais de uma possibilidade de alteração por parte do juiz, senão vejamos:</p> <p>“Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo; II - por meio de embargos de declaração.”</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-73 / P03_2-66 / P03_3-60	<p>Visto o previsto pelo §4º do artigo 524 do CPC, que diz:</p> <p>“Art. 524. O requerimento previsto no art. 523 será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, devendo a petição conter:</p> <p>§ 4º Quando a complementação do demonstrativo depender de dados adicionais em poder do executado, o juiz poderá, a requerimento do exequente, requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência.”, na questão alvo do presente recurso, ficam duas alternativas que atendem ao comando da questão, quais sejam “E” e “A” indicada pelo gabarito preliminar.</p> <p>Visto o exposto, prezando pela lisura do certame, DEFIRO o recurso pela anulação.</p>	Deferido	Anulada
P03_1-75 / P03_2-60 / P03_3-72	<p>A questão, alvo do recurso, em seu enunciado pede a indicação da questão incorreta e é apresentado pelo gabarito preliminar a alternativa “C) O exequente que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa</p>	Deferido	Letra A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>pertencente ao devedor não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.”, o que não prospera, visto que a referida alternativa está em total conformidade com o disposto pelo artigo nº 793 do CPC, que diz:</p> <p>“Art. 793. O exequente que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.”.</p> <p>Em análise ao proposto pela alternativa “A) Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade.” é percebido sua desconformidade com o artigo nº 795 do CPC, que prevê tal possibilidade nos casos previstos em lei, ficando a alternativa “A”. a única que atende ao comando da questão.</p> <p>Prezando pela lisura do certame, DEFIRO pela alteração do gabarito de “C” para “A”.</p>		
P03_1-76 / P03_2-96 / P03_3-39	<p>Para fins de correção da questão, alvo do recurso, será considerado o disposto pelo artigo 910 do Código de Processo Civil, tratando da execução contra a fazenda pública, que diz:</p> <p>“Art. 910. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.” no prazo comum, abarcando a contagem em dobro conforme descrito pela proposição “I” da questão.</p> <p>Observado que não há apontamentos quanto as excepcionalidades previstas por lei. Reforçando que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

<p>P03_1-77 / P03_2-32 / P03_3-69</p>	<p>A alternativa “E” da questão, alvo do recurso, trata a excepcionalidade da lei como regra, incorrendo em erro, por ferir a literalidade do Art. 915, §1 do CPC.</p> <p>Quanto a alternativa indicada pelo gabarito preliminar, qual seja “D) Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento”, está em plena conformidade com o disposto pelo Art. 916 §2 do CPC, que diz: Art. 916. § 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.</p> <p>Considerado para fins de correção. Ressaltando que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>
<p>P03_1-78 / P03_2-92 / P03_3-68</p>	<p>A questão, alvo do recurso, pede a indicação da alternativa correta a luz da Lei nº 9099 de 95 e é indicado como correta pelo gabarito preliminar a alternativa “E) Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.”, o que está em total conformidade com o previsto pelo Art. 23 da Lei 9.099 de 95 que diz:</p> <p>“Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.”.</p> <p>Tratando da alternativa “D)” seu texto delimita para “quando interpostos” indo contra a previsão do artigo nº 50 da Lei 9.099 de 95, atualizado em 2015 que diz:</p> <p>“Art. 50. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.”</p>	<p>Indeferido</p>	<p>Gabarito mantido</p>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>Saliento ainda que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>P03_1-82 / P03_2-85 / P03_3-25</p>	<p>Em consonância com as previsões da Lei nº 1.508 de 03 que institui o Código Tributário do Município de Rio Branco, a isenção não pode ser prevista através de contrato sem lei que especifique as condições e requisitos, portanto, para fins de correção, é entendido como forma de previsão de tal isenção norma legal, conforme o código.</p> <p>Saliento ainda que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
<p>P03_1-83 / P03_2-98 / P03_3-65</p>	<p>Visto que a proposição “I - Sujeitará o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, se o pagamento ocorrer em exercício posterior ao do lançamento do imposto;” se adequa perfeitamente ao disposto pelo Art. 50º, inciso II da Lei Municipal nº 1.508 de 2023, que diz:</p> <p>“Art. 50. A falta de pagamento do Imposto nos prazos fixados sujeitará o contribuinte e/ou responsável:</p> <p>II - à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, se o pagamento ocorrer em exercício posterior ao do lançamento do imposto;”</p>	Deferido	Anulada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Assim, não há presente entre as alternativas, aquela que atenda ao comando da questão. Prezando pela lisura do certame, DEFIRO o recurso pela anulação.		
P03_1-85 / P03_2-89 / P03_3-40	<p>A questão alvo do recurso pede a indicação da alternativa correta e indica pelo gabarito preliminar a alternativa “A) A competência tributária é delegável nos casos de atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.”, o que está em total conformidade com a excepcionalidade expressa pelo Artigo 7º da Lei nº 5.172 de 66, que diz:</p> <p>“Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.”</p> <p>Saliento ainda que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-87 / P03_2-34 / P03_3-32	<p>Visto que o disposto pela alternativa “D” da questão alvo do recurso é tratada como uma das exceções, prevista pelo Art. 73, V, “b” da Lei nº 9.504 de 97, nos seguintes termos:</p> <p>“b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;”, na questão fica presente duas alternativa que atendem ao solicitado pelo enunciado.</p>	Deferido	Anulada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	Visto o exposto, prezando pela lisura do certame, DEFIRO o recurso pela anulação.		
P03_1-89 / P03_2-25 / P03_3-85	<p>O poder de família é o conjunto de direitos e deveres que os pais têm em relação aos filhos menores de idade, visando a proteção destes. O pátrio poder, descrito na proposição “III” era o termo usado pelo Código Civil de 1916, que dava ao pai o poder absoluto e ilimitado sobre a família, não mais utilizado com o advento do Código Civil de 2002.</p> <p>Portanto, a única alternativa que atendo ao comando da questão se preserva a indicada pelo gabarito preliminar.</p> <p>Saliento ainda que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF).</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-91 / P03_2-61 / P03_3-53	<p>A palavra “a despeito” locução conjuntiva expressa uma ideia contrária ou oposta ao que ocorre <u>anteriormente</u>, mas que não impede sua realização. Observado que não há presente no enunciado ou em suas alternativas que apresentem outro sentido, senão o expressamente solicitado pelo enunciado, qual seja a indicação da alternativa correta.</p> <p>Ressalto ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_1-93 / P03_2-75 / P03_3-57	<p>A palavra “a despeito” locução conjuntiva expressa uma ideia contrária ou oposta ao que ocorre <u>anteriormente</u>, mas que não impede sua realização. Observado que não há presente no enunciado ou em suas alternativas que apresentem outro sentido, senão o expressamente solicitado pelo enunciado, qual seja a indicação da alternativa correta.</p> <p>Ressalto ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-95 / P03_2-59 / P03_3-98	<p>A palavra “a despeito” locução conjuntiva expressa uma ideia contrária ou oposta ao que ocorre <u>anteriormente</u>, mas que não impede sua realização. Observado que não há presente no enunciado ou em suas alternativas que apresentem outro sentido, senão o expressamente solicitado pelo enunciado, qual seja a indicação da alternativa correta.</p> <p>Em pese a alteração em face do §6º art. 461 da CLT, pela Lei nº 14.611 <b>de 03 de junho de 2023</b>, não se aplica para fins de correção, visto a previsão em edital, em seu anexo III, definindo que sobre o conteúdo programático será levado em conta as atualizações vigentes até a data de publicação do edital, qual seja 16 de Maio de 2023.</p> <p>Ressalto ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_1-96 / P03_2-93 / P03_3-37	<p>Para fins de correção, a questão, alvo do recurso, irá considerar a literalidade do Art. 475 da CLT, que dispõe o seguinte:</p> <p>“Art. 475 - O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.”</p> <p>Destaco que o texto da alternativa “A” não contempla a nova disposição do artigo nº 473, III da CLT, alterada pela Lei nº 14.457 de 2022.</p> <p>Exponho ainda que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
P03_1-98 / P03_2-52 / P03_3-86	<p>A questão alvo do recurso, que diz:</p> <p>“A reforma trabalhista de 2017 trouxe uma novidade para a CLT, a representação dos empregados. Conforme previsto no art. 510-A, da CLT, “Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.”. Diante de tais informações e considerando o que dispõe a CLT sobre o assunto, assinale a opção correta.”</p> <p>E é proposto pelo seu gabarito preliminar, como resposta que atenda ao comando da questão “C) Será formada comissão eleitoral, integrada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, facultada a participação do sindicato da categoria.”.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

	<p>A questão foi elaborada em conformidade com o conteúdo programático “Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)”.</p> <p>Destaco que a banca examinadora pode exigir conhecimento superveniente à publicação do edital, desde que vinculada às matérias nele previstas, senão vejamos:</p> <p>“Precedentes: AgRg no RMS 21654/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 14/03/2012; RMS 33191/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011; AgRg no RMS 22730/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010; RMS 21743/ES, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 05/11/2007. (VIDE INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA N. 357)”.</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
P03_1-99 / P03_2-39 / P03_3-88	<p>Para fins de correção é considerado que entidade sem fins lucrativos é aquela que atua de acordo com o interesse e necessidade da comunidade, sem visar o lucro. Ela pode ser de qualquer tipo, como associação, fundação, cooperativa, etc. Uma entidade filantrópica é uma “espécie” de entidade sem fins lucrativos, mas que está mais voltada para a assistência social, saúde e educação, não atingindo a especificidade do §10 do art. 899 da CLT.</p> <p>Ressalto ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso</p>	Indeferido	Gabarito mantido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC**  
**Respostas aos recursos contra o gabarito da Prova Objetiva**

P03_1-100 / P03_2-49 / P03_3-58	<p>A questão alvo do recurso foi elaborada em conformidade com o conteúdo programático “O direito de greve e suas implicações no serviço público”.</p> <p>Saliento que a banca examinadora pode exigir conhecimento superveniente à publicação do edital, desde que vinculada às matérias nele previstas, senão vejamos:</p> <p>“Precedentes: AgRg no RMS 21654/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 14/03/2012; RMS 33191/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011; AgRg no RMS 22730/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010; RMS 21743/ES, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 05/11/2007. (VIDE INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA N. 357)”.</p> <p>A palavra “a despeito” locução conjuntiva expressa uma ideia contrária ou oposta ao que ocorre <u>anteriormente</u>, mas que não impede sua realização. Observado que não há presente no enunciado ou em suas alternativas que apresentem outro sentido, senão o expressamente solicitado pelo enunciado, qual seja a indicação da alternativa correta.</p> <p>Ressalto ainda que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso</p>	Indeferido	Gabarito mantido
---------------------------------------	---	------------	------------------